



29 de **abril** REVISTA DE HISTÓRIA

V4. n6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

v789 29 de abril: Revista de História / coordenador Roger Domenech Colacios. - Maringá, PR: UEM/PPH, 2024.

ISSN: 2764-9253

Vol. 4 n. 6 (jun. 2024).

Periodicidade semestral.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/>.

1. História - Periódicos. 2. Historiografia - Periódicos. 3. Regionalismo - Periódicos. 4. Cultura - Periódicos. I. Colacios, Roger Domenech, coord. II. Universidade Estadual de Maringá. III. Programa de Pós-graduação em História (PPH/UEM). IV. Título.

CDD 23.ed. 900

Márcia Regina Paiva de Brito CRB 9/1247

Equipe editorial

Coordenador da Revista pela Pós-Graduação
Prof. Dr. Roger Domenech Colacios (PPH/UEM)

Editor-chefe

Bruno Sanches Mariante da Silva (Egresso
Pós-Doutorado PPH/UEM)

Editora-gerente

Giovana Eloá Mantovani Mulza (Doutoranda
PPH/UEM)

Design e redes sociais

Fernanda Tiosso Sampaio (Doutoranda – PPH/UEM)

Revisão de textos

Regina Daefiol (Doutoranda – PPH/UEM)
Matheus Barrientos Ferreira (Doutorando PPH/UEM)

Layout

Rodrigo dos Santos (Egresso - Doutorado – PPH/UEM)

Secretaria

Cristiano de Oliveira Viana Correia (Mestrando -
PPH/UEM)
Daniela Rigon Ratochinski (Mestranda – PPH/UEM)

Capa v.4 n.6

Fernanda Tiosso Sampaio (Doutoranda – PPH/UEM)
Foto:

Conselho editorial

Aline Vanessa Locastre - UEMS
Ana Heloísa Molina – UEL
Arnaldo Martin Slachta Junior – UFPE
Diego Luiz da Silva - FIOCRUZ
Eder da Silva Novak - UFGD
Fabio Pontarolo - UFFS
Geovanni Cabral – UNIFESSPA
Janaína Zdebskyi - UFSC
José Francisco dos Santos - UFOB
Paulo Julião da Silva - UFPE
Marcio Carreri – UENP
Marcos Pirateli – UNESPAR
Paulo Roberto Souto Maior Junior - UFRN
Priscila Gontijo Leite - UFPB
Rafaela Arienti Barbieri - UFSC
Raimundo Nonato Pereira Moreira – UNEB
Thiago Alves Dias - UPE
Thiago Groh de Mello Cesar - UFT
Thiago Henrique Pereira Ribeiro - UFRRJ
Wellington Amarante Oliveira – UFU
Wiliam Junior Bonete - UFPel

Sumário

Apresentação.....	4
O lugar lacunar das mulheres gregas no ensino de História: Ana Maria Lucia do Nascimento.....	8
A Guerra Social 91-88 a. C. e a cidadania romana: uma perspectiva da Nova História Militar: Allef de Lima Laurindo Fraemann Matos	28
A guerra e o humor: A <i>Semana Ilustrada</i> e <i>Diabo Coxo</i> e suas representações sobre a Guerra do Paraguai: Nayla Thaynã Soares Alves de Meneses	45
Primeiros Passos	
O futebol nos tempos do Condor: ditadura militar, cinema e o futebol brasileiro (1964-1985): Maria Fernanda Martinez Alves e Cássio Alan Abreu Albernaz	68

Editorial

“Não venda minha escola”: privatizações e desmonte da educação pública no Paraná.

Bruno Sanches Mariante da Silva¹

Daniela Reis de Moraes²

As duas edições da Revista 29 de abril publicadas em 2023 (V3.N4 e V3.N5) tiveram em suas capas fotografias de greves históricas dos professores do Paraná, tanto das universidades quanto das escolas. A escolha deu-se, como anunciado no texto de apresentação da edição V3.N5, em função da greve que mobilizou todas as universidades estaduais, e também por, historicamente, a classe docente paranaense ser bastante mobilizada e aguerrida. O nome de nossa revista é, sabidamente, uma homenagem as professoras e professores que enfrentaram balas e bombas do governo do estado em 29 de abril de 2015, no episódio conhecido como “Massacre de 29 de abril”. Contudo, nos vemos forçados a voltar à temática frente aos recentes acontecimentos. São esses

4

Nas últimas semanas, o Paraná testemunhou intensa movimentação do Governo do Estado para aprovar um projeto de lei que autoriza a terceirização de escolas públicas, trata-se da PL 345.2024, intitulado “Parceiros da Escola”³. O então projeto foi aprovado em caráter de urgência no dia 04 de junho de 2024, com adesão de trinta e nove parlamentares contra treze, passando a vigorar como a Lei 22.006. O que chama atenção é o fato da ação mandatória do governador Carlos Massa Ratinho Jr, frente a um tema delicado e de grande proporção, sem abrir uma mesa de debate ou mesmo diálogo com a comunidade civil e escolar.

A educação tem se tornado cada vez mais alvo do interesse privado, suscitando debates sobre as implicações dessa tendência. Em 2020, chegou a Câmara dos Deputados Federais a proposta de mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que propunha a inclusão de emendas a possibilidade de repasse de 10% dos recursos para instituições comunitárias, filantrópicas, confessionais e educação profissionalizante. E, mais uma

¹ Doutor em História, professor da Universidade de Pernambuco, Editor-Chefe da Revista 29 de Abril.

² Mestra em História, doutoranda em História pelo PPH/UEM, professora PSS na Rede Básica de Educação do Paraná.

³ GAVANI. Giovana. Grupos de defesa da Educação pedem para senado “salvar” o Fundeb. Carta Capital. Data da publicação: 14/12/2020. Disponível em: 20/06/2024.

vez, toda a tramitação foi orquestrada em caráter de urgência. No entanto, houve intensa movimentação popular, que pressionou a não execução da proposta. Percebe-se que essas tramitações seguem um padrão, a ausência de debates com as comunidades educacionais, bem como o atropelo nas decisões e imposições sem o menor pudor para com o respeito aos ritos de decisões democráticas.

No Paraná, o governo parece não ouvir os apelos da comunidade escolar, muito menos da classe trabalhadora, diretamente afetada com as mudanças legislativas. Desde a sinalização do projeto de Projeto de Lei 345.2024, a Associação dos Professores do Paraná – APP – buscou contato com o secretário de educação, Rony Miranda, para estabelecer um canal de esclarecimentos acerca do projeto, porém a contrapartida foram esquivas e negativas de diálogo. Os educadores passaram, então, a conviver diariamente com o terror de assistir ao sistemático desmonte das escolas públicas paranaenses. Estava em pauta no PL a contratação de professores e pedagogos terceirizados, diretamente por uma empresa gestora, sem a mediação do estado, com isso seria o fim do Processo Seletivo Simplificado (PSS), que mesmo bastante precarizado, ainda assegura direitos do funcionalismo público, como o pagamento das horas-atividades, o que no regime terceirizado seriam apenas contadas as horas cheias de aulas. Assim como, os atuais diretores também não estão respaldados em manter seus cargos e tampouco sua autonomia assegurada, já que terão que garantir as metas estabelecidas pela empresa, o que os colocaria em uma pressão por índices, sem o compromisso com a qualidade do ensino. É oportuno destacarmos que a Lei 22.006 – promulgada a solavancos – traz preceitos bastante vagos e que abrem margem para inúmeras brechas, especialmente no que concerne aos atuais direitos trabalhistas dos educadores.

No dia 25 de maio, a APP promoveu uma assembleia para debater a questão com mais de quatro mil participantes, na ocasião foi deliberada a aprovação de uma greve geral, como objetivo de barrar a emissão do projeto para a ALEP. Nas escolas, o clima foi de muita tensão, considerando que nos últimos anos, em relação as paralisações e greves, a categoria de professores amargou com faltas não abonadas e descontos em seus salários, mesmo com os esforços da APP em negociar com o estado. A greve, com duração de três dias, teve início dia 03/06, e caravanas de professores se reuniram em frente à Assembleia Legislativa, em Curitiba, num total de mais de 24 mil professores marcaram presença, de acordo com o sindicato. No início dos movimentos, nos dias que antecederam à greve e até a sua deflagração, a grande mídia impunha um silenciamento diante

do fervor que se instaurava no estado. Mas a greve e as manifestações, tanto na capital quanto nas cidades do interior, fizeram com que essa bolha fosse rompida e as vozes de milhares de educadores e estudantes emergissem e se destacassem das notícias ordinárias. As escolas passaram, então, a conviver com constantes perseguições, fiscalizações por parte dos Núcleos Regionais, bem como alinhamentos – via ameaças – com diretores, a supressão da liberdade de expressão dos estudantes, que já estavam compreendendo a gravidade da situação, mas foram tolhidos de se manifestarem contra à privatização das escolas tendo cartazes recolhidos e professores – que permaneceram em aula – eram pressionados a não comentarem sobre a situação.

Apesar de uma arquitetura da destruição de nossa educação ainda caminhar a passos largos, os professores, em assembleia, decidiram pelo fim da greve, com a aplicação de multas para a APP e sua a presidenta do sindicato, Walkiria Mazeto. Os educadores ainda não tiveram uma devolutiva do Ministério Público do Trabalho acerca da negociação das faltas e descontos. O sentimento da categoria é de desolação diante dos futuros capítulos da educação do Paraná e o total desprezo por parte dos três poderes do estado.

A série de desmoralização do dinheiro público continua, posto que durante o período da greve, a Secretaria de Educação promoveu o disparo de um vídeo de propaganda contra a ação dos educadores, um conteúdo recheado de imagens e discursos pejorativos, distorcidos e até difamatórios para a classe dos professores. Ao ser questionada sobre a procedência do material e da verba para a promoção, a SEED não trouxe devolutivas esclarecedoras. Os professores seguem em aula, esmagados pelas plataformas, pelas metas, pelas ameaças e a falta de perspectiva de uma educação democrática, laica e pública para a sociedade, uma luta pelo direito primário vigente na Constituição Federal de 1988. Por outro lado, o Governo do estado viola os direitos, insulta a transparência e lisura do orçamento público, e como um ato de “incinerar” seu rastro, a Secretaria da Educação do Paraná comunicou a implementação de sigilo sobre documentos da SEED entre 5 e 100 anos.

São tempos difíceis para aqueles que sonham e lutam por uma educação livre e de qualidade. A Revista 29 de abril, mais uma vez, coloca-se ao lado de professoras e professores, pois é o que também somos, do Estado do Paraná em sua luta histórica e hercúlea contra os avanços nefastos do desmonte da educação pública paranaense, que ocorre tanto no ensino superior quanto na educação básica. Há uma mítica representação social dos docentes como “heróis sem capa”,

“guerreiros e guerreiras”. Por mais louvável que sejam, tais representações, frequentemente, abandonam professoras e professores a sua própria sorte em suas árduas batalhas. Batalhas que são (ou deveriam ser) de todos. É preciso que a sociedade civil também se envolva no esforço para salvarmos a educação pública do Paraná.

– *Quem estará nas trincheiras ao teu lado?*
– *E isso importa?*
– *Mais do que a própria guerra.*

O lugar lacunar das mulheres gregas no ensino de História

The missing place of Greek women in History teaching

Ana Maria Lucia do Nascimento

Doutoranda em História pelo Programa de pós-Graduação da
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)⁴

Resumo:

A proposta de trabalho pretende refletir e analisar o debate acerca das pesquisas no campo da História das Mulheres, percebendo os avanços conceituais e teóricos que, entre 1960 e 1970, contribuíram para a gama de trabalhos que testemunhamos nos dias de hoje. Embora o conhecimento acadêmico sobre o tema borbulhe, ainda há ausência acerca desse assunto nas escolas. Diante das insuficientes discussões travadas no ambiente escolar e percebendo esse ambiente como o motor das principais mudanças sociais, buscaremos elencar algumas das ausências entre o conhecimento histórico acadêmico e sua transposição para o conhecimento escolar, assinalando, especificamente, como o debate sobre as mulheres gregas no meio acadêmico avança, enquanto no ensino escolar pouco se fala a respeito.

Palavras-chave: História das Mulheres; Ensino de História; Conhecimento histórico acadêmico.

8

Abstract:

This study wishes to contribute to the debate about research in the field of Women's History, realizing the conceptual and theoretical advances that contributed to the range of work we witness today. Although academic knowledge on the topic is bubbling, there is still a lack of knowledge on this subject in schools. Given the insufficient discussions held in the school environment and perceiving this environment as the engine of the main social changes, we will seek to list some of the absences between academic knowledge and its transposition into school knowledge, highlighting, specifically, how the debate on Greek women in the school environment academic progress, while in school education little is said about it.

Keywords: Women's history, History teaching, Academic knowledge.

Introdução

A História das Mulheres tem sido um tema amplamente discutido nas últimas décadas refletindo uma mudança em direção a práticas educacionais mais equitativas. A perpetuação dos chamados novos referentes, possibilita, dentro do ensino de história, o enriquecimento da cultura que, anteriormente, era centrado nas manifestações masculinas. Esse crescimento, todavia, se

⁴ Bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

concentra nos estudos e debates universitários, enquanto em algumas escolas, essa temática é pouco desenvolvida.

A própria história da educação brasileira, por muito tempo, não permitia que mulheres tivessem formação para além das questões religiosas. Entretanto, com os avanços dos projetos educacionais, testemunhou-se não só os respectivos membros já citados obtendo contato paulatinamente com as instituições escolares, como também, deu-se mais atenção as lacunas conceituais no ensino de história, em outras palavras, as ausências das mulheres como agentes históricos. Diante disso, esse artigo delimita, especificamente, as mulheres gregas como objeto de observação.

A seguir, o artigo está organizado da seguinte maneira: a primeira seção discute uma breve revisão da literatura existente a respeito de como as pesquisas acerca das mulheres surgiram dentro do campo histórico; a segunda seção discute alguns dos pilares para a formação do processo educacional no Brasil e como, gradativamente, as mulheres começaram a frequentar as escolas e o ensino a se interessar por elas como objeto de análise; a terceira seção aborda apontamentos para as lacunas existentes entre o que é debatido nas universidades e nas escolas; e a quarta seção apresenta uma análise de caso observando como as mulheres gregas ainda não possuem um espaço nos materiais didáticos condizente com a gama de estudos que já foi desenvolvido sobre elas.

9

A História das mulheres de Perrot a Priore

A tradicional forma de construir a historiografia, costumeiramente chamada de positivista, dava foco central à personagens, em geral, masculinos. Esses homens foram os “heróis” que se responsabilizaram por construir grandes sociedades, destruir inimigos e alavancar nações. Elizabeth Fox Genovese (1987, p. 530) denomina esses fatos de “história de governantes e de batalhas”. Nessa construção da História, não existia espaço para as mulheres, mas não só elas: “também não havia lugar para quem não ocupava cargos no Estado ou não dirigia guerras, não importando se fossem homens ou mulheres” (PEDRO, 2005, p. 80). Os teóricos franceses Charles Langlois e Charles Seignobos (1897) são dois expoentes nos estudos históricos na Sorbonne contrários à louca “visão romântica”, ou seja, as noções de uma narrativa histórica em que os heróis nacionais eram os únicos sujeitos.

O que de fato contribuiu para o desprestígio dos historiadores de “visão romântica” foi a grande cisão na historiografia que aconteceu a partir das críticas que a Escola dos Annales proporcionou em 1929, “o que interessa primordialmente a Marc Bloch e Lucien Febvre, e mais ainda a Ernest Labrousse e Fernand Braudel, seus sucessores, são os planos econômico e social” (PERROT, 1995, p. 15). De acordo com Michelle Perrot, só a partir dos anos de 1970, a *Nouvelle Histoire*, como se costuma designar a terceira geração dos Annales, se mostrou mais receptiva quanto aos estudos de gênero no interior da evolução histórico-temporal, ainda que espontaneamente não demonstre tal interesse.

Diante dessas duas visões sobre como se produzir a historiografia, Roger Chartier (2009) levanta outra questão importante acerca da “crise da história”⁵. Ela, então, seria o resultado da quebra com as tradições historicistas e positivistas, que acreditavam que a história deveria ser uma ciência imparcial e objetiva. Para além das questões de novos conceitos, o autor também estabelece as bases da História Cultural, essa que foi uma ferramenta de análise da realidade social, ou seja, de uma realidade que é dada a ler. A partir de então, a história se constitui mais uma vez como um discurso que produz enunciados científicos. A partir da renovação política e cultural, novos sujeitos, temas e conceitos foram inseridos no campo historiográfico.

10

Para Sandar Pesavento (2012, p.30), o termo História Cultural é também chamado de Nova História Cultural por pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Com isso, o que era antes visto como cultura, em outras palavras, criações ligadas apenas à elite, para a elite, ou, como fruto dela, agora assume outro espírito que através dessas reformulações, quebraram com alguns dos paradigmas já pré-estabelecidos. A autora, em sua análise, estabelece que a antropologia cultural foi importante para o debate sobre a dimensão simbólica e para a análise das dimensões sociais.

Acrescenta-se, ainda, a preocupação com o estabelecimento de conceitos que anteriormente não eram levados em consideração como o de representação, micropoderes, imaginário, mentalidade, narrativa, ficção e sensibilidade, consolidando a proposta central desta nova vertente da história, que seria a de decifrar a realidade do passado por meio de representações e narrativas,

⁵ A chamada “crise” na História faz referência, desde 1970, à emergência dos desafios que surgiram com o pós-estruturalismo e a fragmentação dessa disciplina. Para compreender melhor, ver Maia (2010, p.351-382).

que tentassem chegar às formas discursivas e imagéticas pelos quais o homem se expressa no mundo (PESAVENTO, 2012, p. 45).

Os historiadores que se dispuseram a introduzir novos sujeitos como construtores da história, seguindo a tradição da historiografia dos Annales, formaram uma gama de estudos concentrados na Europa, tinham como objetivo estudar as operariado e sua forma de trabalho. Mesmo que em contraposição a primeira fase da escola dos Annales, E. P. Thompson (2001, p. 20), um entusiasta historiador marxista, contribui para a ampliação do debate ao apontar como esse campo, qual seja, a história vista de baixo, surge na Inglaterra, dentro do campo político, com o intuito de construir uma base de informações acerca da história dos sindicatos, dos operários e do trabalho, compreendendo assim como as relações entre os micropoderes exercem funções na superestrutura. De acordo com Hobsbawn (1998), nota-se que o surgimento dessa história vista a partir de baixo tem relação com a história dos movimentos sociais, e os principais eventos políticos que quebraram - ou assim desejavam – os sistemas de servidão. Assim, a partir do momento que o processo de desenvolvimento e as relações da classe operária, se tornam um fator constante na concretização de tais decisões e acontecimentos, forma-se o elo que une os interesses dessa disciplina.

11

A respeito da constituição desse campo de estudos, podemos pontuar alguns dos aspectos de sua formação a partir da obra de Eric Hobsbawn (1998, p.50), no qual dividi em três conceitos: 1) Grande influência marxista: afinal o campo começou realmente a florescer após a Segunda Guerra Mundial, quando foi possível ao marxismo fazer contribuições plena ao mesmo; 2) Iniciada para e por conta dos movimentos: o objetivo até então era estudar os movimentos operários e as pessoas comuns que poderiam ser vitais como ancestrais do movimento; 3) Falta de corpo de fontes: quando o campo começou a ser polido pela esquerda em 1950, percebeu-se um dos grandes problemas, qual seja, a falta de um corpo material pronto para análise.

Nota-se que não existe espaço, até então, para os referentes femininos. Uma vez que, embora os estudos do operariado englobam-se sua composição integral, ou seja, a participação de homens e mulheres nessa categoria, o interesse nos costumes femininos tanto no século XX quanto nos anteriores, ainda não tinha ganhado força. O termo referente feminino aqui utilizado e conhecido através dos trabalhos de Ana López-Navajas (2014), é a noção de que há uma exclusão das personagens históricas femininas na educação escolar. Essa ausência de referências fragiliza

sua situação social e perpetua as desigualdades, sendo uma grave deficiência coletiva porque, ao ignorar a memória e o saber das mulheres, toda a sociedade perde parte de seu patrimônio (NAVAJAS, 2014, p. 282). Essa ausência é perpetuada ainda por Antonio Gramsci (2002, p. 55) em seu *Cadernos do cárcere*. O autor em questão, em 1940, cita a questão dos novos estudos no campo da história vista de baixo, criando também um sistema de hierarquização na qual a questão feminina não estaria dentro do debate político social, mas se inseriria em uma “história dos costumes”.

Ao final dos anos 1970, testemunha-se na Europa o surgimento das construções discursivas da pesquisadora francesa Michelle Perrot (2007), um dos grandes expoentes da História das Mulheres. Em muitos dos seus escritos a autora aborda o porquê de se escrever uma história que insira o feminino, percebendo também como o corpo, a alma, a religião, a cultura e o acesso ao saber devem ser pontos de análise. Para ela, existia uma forte lacuna no que tange ao trabalho feminino tanto no campo, quanto na cidade, além das várias categorias que essas personagens comuns preenchiam. Ao observar as ausências, ainda salienta que a história era excludente, como se existisse uma linha oficial na qual elas não se encaixavam.

12

As mulheres, como objeto de análise histórico, foram subjugadas e submetidas a situações de exclusão, mas é um erro básico tentar conceituá-las essencialmente como vítimas. Agir de tal forma, impede-nos de perceber como os referentes femininos são peças essenciais e centrais para criar e manter a sociedade. De fato, através delas surgem as novas pautas que as inserem como objetos de estudos. Para Joana Maria Pedro (2005), o que influenciou a mudança de perspectiva dos pesquisadores foi o movimento feminista que, na sua primeira onda, lutava a favor de direitos civis femininos, e na segunda onda, pela liberdade em geral, inclusive do corpo e do ato de gerar. Na França, entre os anos de 1970-80, ano da fundação do *Mouvement de Libération des Femmes*

(MLF) se destacaram diferentes mulheres importantes mundialmente e historicamente como Michelle Perrot⁶, Françoise Thébaud⁷, Joan Scott⁸ e Natalie Zemon Davis⁹.

Acerca do fator da exclusão, a autora norte americana Gerda Lerner (2019), aponta que existiu dois polos na construção historiográfica: *história versus História* - “história”, o passado registrado com a inicial minúscula e “História” o passado registrado com inicial maiúscula. A diferença pode ser enfatizada da seguinte forma: para a “História”, até o passado mais recente, os historiadores eram homens, e o que registraram era o que o homem havia feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram de História e consideraram universal. Cabendo aos referentes femininos continuarem dentro da “história”, mesmo sendo peças centrais, e não marginais, para a criação da sociedade.

As mulheres foram impedidas de contribuir com fazer história, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Como esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres neste esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria. (LENER, 2019, p. 29)

13

Ainda de acordo com a autora, deveria existir um grupo que mostrasse a existência feminina, uma categoria que percebesse a multiplicidade do feminino. Assim, dentro dos padrões de pesquisas, o termo de análise do objeto passou a ser intitulado de mulheres, no fim das contas e, mais para frente, de gênero. Vale salientar que algumas características ligadas ao processo de pesquisa também adquiriram fôlego nessa época. Para Carla Bassanezi Pinsky (2009, p. 164), a

⁶ Michelle Perrot (1928) é uma historiadora francesa precursora dos estudos sobre a história das mulheres no ocidente. A autora figura como umas das mais célebres historiadoras da causa feminista, assim como da vertente social da história francesa. Duas de suas obras estão disponíveis em português: *Minhas histórias das mulheres* (2006) e *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (2017).

⁷ Françoise Thébaud (1952) é uma historiadora francesa e especialista em História das mulheres. Seus estudos giram em torno da história do movimento feminista, história política e social da maternidade e a epistemologia da escrita da História das mulheres e do gênero. Embora muitos de seus escritos possam ser achados na internet, não existe tradução de seus livros para o português.

⁸ Joan Scott (1941) é uma historiadora norte-americana cujo trabalho, inicialmente dedicado à história francesa (movimento operário e história intelectual) foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. A autora possui um dos artigos mais notórios a respeito dos estudos de gênero, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1989).

⁹ Natalie Zemon Davis (1928-2023) foi uma historiadora canadense-estadunidense, especialista em história social e cultural. Davis ensinou sobre a História da França, de história e antropologia, história social judaica do início da modernidade e história e cinema, história das mulheres e do gênero. Uma de suas obras sobre as mulheres *Women on the Margins – Three Seventeenth– Century Lives* (1995), aborda história individuais de mulheres que foram obscurecidas pelo tempo.

História das Mulheres dá ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos excluídos.

Um dos primeiros passos tomados pelos historiadores e historiadoras após essa virada historiográfica e a consolidação da História das mulheres, de acordo com Pinsky (2009, p. 170), foi voltar aos métodos antigos na historiografia e escrever biografias de mulheres e as evidências da participação feminina nos acontecimentos históricos e na vida pública. Certos trabalhos apresentaram as mulheres atuando na história da mesma forma que os homens, enquanto outros separavam a história produzida pelas mulheres e pelos homens. Mais uma vez vê-se, conforme Lerner (2019) apontou, o isolamento da “cultura das mulheres” como se elas não fizessem parte da história geral e oficial.

Após mais de cinquenta anos, consolidou-se um campo de pesquisas que evoluiu nos seus objetos, seus métodos e pontos de vista. Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história. Ademais, com o crescimento do campo, as pesquisas sobre o feminino na história tomaram como objeto de análise as prostitutas, as domésticas, as operárias, as mulheres agredidas, as vítimas e, sobretudo, a expressão da condição feminina. Na investigação de Perrot (2007), emerge como central a questão do corpo das mulheres, suas funções, sua apropriação, sua representação.

Essas perspectivas de inserção do feminino na Europa influenciou as várias pesquisas desenvolvidas aqui no Brasil. Percebemos, ultimamente, nas diversas publicações, traduções, dissertações e teses, o aumento considerável de novas discussões sobre as diversas faces femininas. Mas, essa porta foi aberta por volta dos anos de 1970. A escritora Heloisa Buarque de Hollanda (1994) assente que a partir da década citada o feminismo como ideologia política surge como novidade no campo acadêmico brasileiro, e se impõe como uma tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político.

Entre os pesquisadores e as pesquisadoras, muitos se dedicaram a esse campo, como a Mary Del Priore (1994, p.34) que deu voz às resistências femininas. Para a autora era importante conduzir uma produção que falasse mais do que apenas das misérias da vida feminina, pois era importante dar holofote aos poderes e estratégias de resistência que elas articulavam, para burlar o poder masculino e a imposta subordinação. Assim, com os escritos da autora, observa-se que as primeiras

produções historiográficas ficaram muito centradas no período colonial, fazendo uso de relatos de viajantes, processos civis e iconografia como fonte.

Essa centralização no período colonial tornou comum a presença de duas categorias: Primeiro, a senhora de engenho; Segundo, a escrava, acentuando-se dois polos opostos de uma mesma discriminação. Por mais restrito que tenha sido seu olhar acerca das mulheres, Del Priore (1994) muito falou sobre os referentes femininos, os mais clássicos sobre o tema¹⁰. *Porém, com as novas formas de produzir história, assistimos à inserção de fontes diferentes que possibilitam novos estudos. De acordo com Silva:*

Surgiram, assim, estudos importantes sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho nas fábricas do século XIX e primeiras décadas do XX (Rago, 1997); sobre a expansão da educação feminina (Louro, 1997); e sobre o surgimento de publicações organizadas por e destinadas para as mulheres (Bassanezi, 1996). Estudos que, gradativamente, aqueceram o debate e deram musculatura à historiografia das mulheres. (SILVA, 2008, p.228-229)

Mesmo diante dos avanços, é importante perceber os espaços nos quais das mulheres pouco se fala. O espaço escolar, por exemplo, muitas vezes possui materiais didáticos atrasados e, por isso, acabam perpetuando uma visão da história na qual as mulheres não são sujeitos ativos. Por vezes, é comum perceber um abismo entre os frutos dos trabalhos historiográficos acadêmicos e os escolares. Essa grande distância não deve ser normalizada, em razão da necessidade de reflexão sobre as possíveis raízes dessa questão.

15

As mulheres no Ensino de História

Diante da inserção de novas temáticas no meio acadêmico, nota-se como o feminino na educação e no Ensino de História teve pouco desenvolvimento. Ao recordar a raiz da ausência de referentes femininos é necessário pensar na forma como a educação das mulheres foi moldada. Aqui no Brasil, a princípio, o sistema educacional tornou-se mais uma expressão das desigualdades entre homens e mulheres. De acordo com June E. Hahner (1980, p. 56), a educação para as meninas permanecia atrasada em relação à dos meninos e o processo educacional foi tão difícil para elas, que quando permitido, “não deviam ir além dos livros de orações, porque seria

¹⁰ História das Mulheres no Brasil; Ao Sul do Corpo; Corpo a Corpo com a Mulher; Histórias Íntimas, Histórias e Conversas de Mulher.

inútil à mulher, nem deveriam, elas, escrever, pois como foi justamente observado, poderiam fazer mau uso desta arte.”

O pontapé de mudança é apontado por Fúlvia Rosemberg (2016, p. 334) como o um longo processo para a permissão legal do acesso geral e irrestrito das brasileiras à educação escolar. Nota-se, por exemplo, que apenas em 1827 foi autorizada a Lei Geral do ensino de 5 de outubro, mas era restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras. Dessa forma, a educação para as mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que atribuiu equivalência entre os cursos secundários.

O debate estabelecido por Hahner, nos anos de 1980, acerca do processo educacional e de como essas mulheres recebiam uma instrução diferente, só se ampliou com o passar do tempo. Por mais que aos poucos o direito civil ao estudo e formação profissional feminina fosse se desenvolvendo, não se pode deixar de pontuar como o Ensino de História permaneceu por longos anos atrasado em suas temáticas de ensino. Por outro lado, é importante perceber que essa é uma discussão levantada até os dias de hoje, pois os avanços não foram suficientes.

16

As últimas publicações acerca do feminino no Ensino de História mostram como a partir de 2015 houve um intenso interesse em elucidar o dilema da ausência do feminino. Para Mariane P. Souza (2020, p. 20), em sua dissertação intitulada: “Entre a ausência a representatividade: gênero e mulheres nos livros didáticos de História”, há uma grande relação de aprisionamento do feminino que tem sido remodelada no século XXI. É perceptível que essas mudanças, de acordo com a autora, incomodam grupos políticos da sociedade que ao não concordarem com o estudo de gênero nas escolas, lutam contra a reformulação dos materiais didáticos. Ainda a autora, mostra ainda que alguns projetos que beneficiariam a discussão de gênero nas escolas foram barrados pelo STF. Assim, explica:

É possível perceber que a História das mulheres ainda ocupa pouco espaço nos livros e está presente, na maioria dos casos, nos rodapés ou nas bordas das páginas, em quadros explicativos ou em seções nos finais de capítulos e unidades. Ademais, as imagens de personalidades femininas aparecem, majoritariamente, como figuras apenas ilustrativas nos conteúdos em que as mulheres estão expostas. Analisando os livros sob a luz da perspectiva multiculturalista, pode-se notar que possuem um olhar mais próximo ao do multiculturalista conservador referente à História das mulheres, uma vez que essa temática é abordada como se fosse um adendo do conteúdo geral, ou apenas um acréscimo de importância inferior. (SOUZA, 2020, p.113)

Com base nisso, foi constatado que as mulheres e suas histórias ainda são marginalizadas nos livros. Todavia, algumas obras apresentam informações que possibilitam aos educandos

refletirem sobre como o gênero é atravessado pelas questões de classe e étnico-raciais, e como os desígnios de gênero podem mudar de uma sociedade para a outra. Entretanto, quais os motivos para as ausências? Por que os avanços no campo da História, não refletem nos materiais didáticos que essas mulheres têm acesso nas escolas? Partindo do pressuposto de que as pesquisas estão sendo produzidas dentro e fora das universidades, o que ocasiona a ausência desse tema nos debates em sala de aula?

O debate sobre tais áreas insere-se numa guerra mais ampla, é notável que existe uma falta de interesse político, desde as camadas mais altas, optam pela persistência nas ausências de determinados assuntos em detrimento de outros. Assim, a reificação da educação a transforma em mercadoria e essa é vendida nas escolas não com o intuito de emancipar os estudantes. Esse movimento de “emburrecimento” dos alunos¹¹ que foi denunciado por John Taylor Gatto (2019) no contexto educacional dos Estados Unidos em 1992, tem sido apontado na educação brasileira há muito tempo e agora com mais força após o avanço do movimento conservador e de projetos como o Escola sem partido.¹²

17

Os interesses políticos, por outro lado, influenciam na permanência, ou, não da História das Mulheres nos livros didáticos. Ângela R. Ferreira (2006), destaca como a História das Mulheres fica à mercê da mediação que o livro didático faz entre o conhecimento produzido dentro das universidades e o saber escolar. Para a autora, é notável que muito pouco do que foi produzido pelos historiadores a respeito das mulheres no ensino de história, foi incluído nos textos didáticos, logo, fica evidente as incongruências entre as demandas sociais de representação de personagens para o estímulo de uma cidadania ativa, pois nessa relação os referentes femininos não aparecem devidamente à disposição dos alunos.

Somados ao desinteresse político e os conflitos de visões ideológicas que afetam o material didático, adiciona-se ao conjunto a questão identitária do docente. Para Herika Viana (2017, p. 19-

¹¹ O termo “emburrecimento programado” que dá título à obra de John Taylor Gatto, faz referência as críticas do autor ao sistema educacional. O debate que cerca o livro, aborda a premissa de que o currículo nacional é uma farsa. Dessa forma, teríamos um currículo oculto cujo objetivo é emburrecer, e nenhuma mudança nos conteúdos pode reverter seus efeitos macabros. As escolas ensinam exatamente o que pretendem, e o fazem muito bem: elas são um mecanismo de engenharia social.

¹² Gaudêncio Frigotto (2017) e Fernando Nicolazzi (2016) debatem especificamente as questões acerca do avanço da influência conservadora na educação e os projetos de leis que a partir de 2016 começaram a ameaçar a educação brasileira.

20), no processo de escrita dos historiadores acerca da inserção de novos sujeitos no ensino de história, deve-se pensar a respeito da prática da escrita sendo conduzida pelas novas condições de produção, elencando também a necessidade de repensar durante essa ação o novo perfil do professor na pós-modernidade. O espaço acadêmico, de acordo com a autora, contribui de forma efetiva para a formação do professor de história e, conseqüentemente, para a formação da identidade do pesquisador.

Ao assinalar-se as demandas identitárias, Marlucy Alves Paraíso (1997), chama a atenção para o perfil do professor na modernidade, pois ele, enquanto sujeito pesquisador fruto do seu tempo e, dessa maneira, à mercê das mudanças da identidade cultural na pós-modernidade, recai dentro de uma dualidade ao perceber que a sua identidade não é fixa e sim plural. Por outro lado, a sugestão da autora de que exista uma formação completa e efetiva desse professor não leva em consideração uma formação docente que não privilegia as mulheres como objeto de estudos.

Para Ricardo Pacheco (2020, p. 222-223) o debate sobre identidades pode direcionar as respostas acerca da ausência do feminino em sala de aula. O autor percebe que a discussão que cerca o tema da formação das identidades dentro do espaço temporal em que os nossos alunos estão, no qual os debates sobre o feminino se encontram tão presentes, é de suma importância para entender não só como esse discente pode vir a construir sua identidade nesse meio social, como também, salienta a perspectiva da “crise identitária” dos docentes. Assim, ao discutirmos os princípios que contribuem para formar as identidades sociais e, particularmente, a identidade do indivíduo através da subjetividade que ele incorpora da sociedade em que vive, ele nos leva a pensar sobre as práticas sociais de um grupo e a inserção de hábitos que contribuem para a formação da sua própria identidade.

Portanto, ainda como reflete o autor, o historiador se mantém como sujeito que forma e difunde a memória, possuindo também a capacidade de denunciar a “historicidade das identidades sociais”, ou melhor, trazer à luz os elementos simbólicos constitutivos de cada identidade social e de como eles são construções históricas carregadas de interesses e compromissos de poder. Enquanto cumpre esse papel, passa a conceber a sua própria memória individual.

Para Fernando Catroga (2015, p. 213) é importante perceber que as memórias individuais, fator importante no processo da construção da subjetividade do indivíduo, se formam a partir de

uma coexistência com grupos sociais e da escolha daquilo que se sobrepõe ao passado. Podemos perceber também como,

a consciência do eu se matura em correlação com camadas memoriais adquiridas, tem de se ter presente que estas, para além das de origem pessoal, só se formam a partir de narrações contadas por outros, ou lidas e vistas em outros: o que prova que a memória é um processo relacional e intersubjetivo. (CATROGA, 2015, 114).

Nota-se que no processo de formação da constituição das memórias e identidades do historiador, por exemplo, há uma seleção do que será ou não esquecido. Dessa forma, o historiador se encontra nesse fogo cruzado, afinal de contas, ele é o formulador de pesquisas históricas responsáveis por contribuir para a formação da memória e identidade coletiva das pessoas, mas se encontra também em um processo de construção de sua própria identidade e memória. Assim, o historiador diante da formação da sua própria identidade individual entra numa grande polarização, o historiador professor versus o historiador pesquisador.

Uma das respostas para o questionamento do porquê pesquisas do campo histórico não estarem sendo discutidas em sala de aula, pode ser respondida da seguinte forma: há a possibilidade do professor não ter uma identidade individual que se importe com uma prática pedagógica que propague pesquisas, como as sobre o feminino. Assim, como uma das caudas para a lacuna do feminino no ensino de história, pode-se apontar a falta de denúncia do professor, ou da inexistência de diálogo com as pesquisas estabelecidas dentro do campo historiográfico.

19

Para além do conhecimento escolar e acadêmico

Com a nova forma de se perceber os referentes femininos na história, abre-se um vasto campo de estudos que permeiam os grandes centros de pesquisa e, conseqüentemente, debatem as diferentes formas de participação das mulheres na sociedade. Essas pesquisas constituem o que conhecemos como conhecimento acadêmico.

O conhecimento histórico acadêmico é um dos processos de construção do saber, definido pelos padrões da ciência moderna. Como citado anteriormente, um dos exemplos de espaço de construção desse saber podem ser as universidades que são conhecidas como lugar de enunciação

e constituição deste conhecimento. Sabe-se também que o respectivo campo científico designa alguns parâmetros que guiam as práticas das pesquisas: 1) o compromisso com a objetividade do conhecimento; 2) a delimitação do objeto de estudo e 3) as regras teóricas e metodológicas para a composição das pesquisas. Através deste conjunto pode-se atestar a veracidade dos debates estabelecidos nas academias.

É importante relembrar que a própria constituição da disciplina histórica surge em meio a essa organização mais científica que buscou a “verdade” dos acontecimentos passado, por volta do século XV-XVI. Por isso, embasava suas pesquisas na comprovação da veracidade que era feita a partir das fontes. Em contraponto, é válido salientar o contraste que existe com as pesquisas científicas, hoje conhecidas como ciências exatas, que na sua gênese teve como objetivo recriar as condições dos fatos para se ter um controle absoluto da variável, o que consequentemente afasta o pesquisador da inserção social do conhecimento.

O ponto chave a ser observado é que o conhecimento histórico vai além de uma pesquisa imóvel ligada à objetos tangíveis e, tem-se também, que existe uma grande hierarquia entre os profissionais do campo historiográfico - os pesquisadores e os docentes. Há que se considerar, por outro lado, que o papel do professor não se concentra no papel de mediador dos discursos, mas ele contribui para a formação do conhecimento produzido em sala de aula. Até 1960 o conhecimento era produzido nas universidades e “didatizado” para ser transmitido nas escolas. Não havia, por isso, especificidade entre o conhecimento escolar e a produção científica universitária. No período em questão, o professor estaria no papel de uma ponte de transmissão desse conhecimento o que apontaria para uma hierarquia entre a escola e a universidade.

A mudança na forma de ver o conhecimento histórico passou por uma reformulação a partir das pesquisas no campo de didática da história, principalmente na vertente alemã, recebida aqui no Brasil por meio da obra de Jorn Rüsen (1983). Por volta de 1960-70, esta reformulação passou a questionar o conceito de estudos históricos. Desde então, se transfigura também a forma de ver a didática da história, logo, ela passa da forma de produzir conhecimento, para ser ensinado nas escolas, e assume o papel de compreender as formas, as fusões e o uso da história na vida pública, juntamente com o compromisso com os fundamentos da história e a relação com a vida prática.

Essa nova visão percebe o espaço escolar como um espaço de produção de conhecimento e não apenas de reprodução daquilo que foi visto, a mudança também ocorre no papel do professor

que agora é sujeito produtor de saberes, como também acaba aprendendo em decorrência da transmissão mútua com os alunos. De igual modo, com as recentes pesquisas percebe-se que não existe uma correia transmissora de conhecimento sem que haja uma interferência no percurso, não existe uma transposição didática, a escola é agora um lugar de produção de conhecimento. Esse conhecimento que está inserido na história consiste na construção social produzida por e através das relações entre a cultura escolar, livros didáticos, tudo que circula em novelas, filmes, jogos e a História Pública¹³.

Para Henry Giroux (1999, p. 12), por mais que fizesse referência a um contexto especificamente estadunidense - há uma dicotomia entre o conhecimento produzido pelos currículos escolares e pelo meio acadêmico. Ele propõe que seja estabelecido um diálogo entre os diferentes sujeitos que produzem o conhecimento. É importante que se entenda que educadores e pesquisadores são produtores de currículos e de conhecimento, por mais que a prática escolar esteja, por anos, em dissonância com o conhecimento acadêmico. Como foi salientado anteriormente, há uma ligação entre o que é produzido na universidade e na sala de aula. Porém, esses dois mundos são independentes e, por não existir uma transmissão de conhecimento, acentua-se algumas diferenças entre essas duas categorias.

21

Para Michel Young (2007, p. 1288) a escola falha em cumprir seu papel de transmissão. O termo usado pelo autor, não significa que esse seja um processo enrijecido e genérico, mas o professor, no território escolar, é autor de um “conhecimento especializado”, afinal é para isso que ele tem sua formação, para exercer o papel de garantir os conhecimentos essenciais. Quando esse processo de criar e produzir conhecimento entre as esferas escolares e acadêmicas falham, criam-se lacunas.

Um estudo de caso sobre as mulheres gregas

¹³ A História Pública é um campo de análise historiográfico que trata a escrita e construção da história de forma mais acessível ao grande público. Jurandir Malerba (2017, p. 10) resume a visão da seguinte forma: “os historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural do outro”. Dentro dessa perspectiva, as abordagens giram em torno dos usos da memória, do passado, divulgação científica da história, empoderamento e pesquisa-ação (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 24).

Sabe-se que a partir do momento que novos sujeitos foram inseridos dentro da historiografia através das análises e das ramificações que surgiram por meio do trabalho de várias pesquisadoras que se interessaram pelo feminino, uma porta foi aberta, mas tornou-se necessário descobrir as raízes dos referentes femininos desde a pré-história até a atualidade. Em decorrência disso, buscou-se avidamente nos mitos, na vida pública e privada, na política e nas relações de gênero essas figuras.

Por meio dos estudos acadêmicos, notamos que as mulheres gregas possuíam inúmeras relações entre elas e ações de resistência, e muito disso já foi explorado na pesquisa realizada dentro das universidades (ANDRADE, 2001; BLUNDELL, 1995; LESSA, 2004, 2001; MOSSÉ, 1990; NASCIMENTO, 2022; SANTOS, 2018; POMEROY, 1999). Por outro lado, a realidade escolar é bem diferente, afinal, é sabido que o feminino grego não é abordado em sala de aula, assim, ao redor desse tema não é produzido um conhecimento histórico escolar. Quais seriam, então, os aspectos que demonstram a ausência das mulheres?

Essa afirmação pode ser atestada através do livro didático de história “Teláris”, escrito pelo Cláudio Vicentino e José B. Vicentino (2018). Essa coleção foi uma das selecionadas pela escola na qual fiz Residência Pedagógica no mesmo ano de publicação. Como ele esteve entre os aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) (2020) e pela professora de História da escola que estagiei, selecionei a obra para uma investigação.

Nos fundamentos da coleção os autores apontam que um aspecto central foi a preocupação de promover um diálogo constante com as propostas de desenvolvimento das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Percebe-se que isto está diretamente relacionado com a maneira com que os capítulos foram organizados, além dos pressupostos em torno da aprendizagem e da avaliação dos conteúdos, já que as propostas formuladas ao longo dos volumes do material têm como objetivo central garantir o desenvolvimento das competências para uma vida em sociedade em pleno desenvolvimento da cidadania.

Observa-se que há uma grande ênfase na necessidade de se atingir essas competências gerais da base, pois os autores acreditam que através das competências haveria o fortalecimento das práticas de cidadania, de autoconhecimento, de diálogo, respeito, curiosidade intelectual e científica e de outros aspectos importantes na vida em sociedade. Além disso, como já foi citado,

os autores estabelecem que para atender às demandas da BNCC a coleção de livros apresentam várias atividades que possibilitariam aos alunos a exploração e produção de saberes através de metodologias diferentes, ou seja, eles fortalecem o argumento de que estão contribuindo para a adequação dessa normativa nacional na educação básica.

É legítimo a preocupação de aproximação dos conteúdos e temas com as competências da BNCC, justamente por ser uma norma nacional obrigatória com vigências estabelecida até o ano de 2020. Porém, espera-se que os temas e conteúdos desempenhem também um papel na formação ética dos alunos e no desenvolvimento de uma postura reflexiva diante da sociedade. No entanto, por mais que este livro tenha sido aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2020, e tenha sua estrutura adequando o conteúdo às normas da Base nacional, é importante salientar que numa visão mais específica, ele perpetua ausências. Por isso, na minha investigação, estabeleci como objetivo encontrar dentro da unidade temática que aborda os povos da antiguidade, especificamente o capítulo sobre a antiguidade grega, qual seria a situação das mulheres.

23

No decorrer do capítulo os autores já citados, se dedicam a explorar alguns conceitos importantes como o de política, de polis, de cidadania, assim como aborda as civilizações que formavam o que hoje entendemos como Grécia. Além disso, os autores trazem uma linha do tempo que faz relação entre o surgimento e desaparecimento desses grupos sociais. Eles ainda delimitam os períodos para estudar a história dos gregos, começando pelo pré-homérico, seguido pelo arcaico e pelo período clássico. Dentro de cada categoria eles abordam os tópicos mais importantes, os principais escritores e suas obras, trazendo sempre mapas, sublinhando as palavras chaves e, no meio do capítulo, antes de abordar os aspectos de Esparta, os autores colocam uma pequena sessão para discutir a respeito das mulheres de Atenas, segue o texto que compõe essa sessão:

As atenienses eram impedidas de participar da vida política. Na Grécia, elas ficavam inicialmente subordinadas aos pais e, depois, aos maridos. Geralmente, a mulher se casava aos 14 anos, e os homens, aos 30. A jovem era desligada de sua família e entregue ao futuro marido em um cortejo com cantos religiosos. O objetivo do casamento era a geração de filhos, especialmente do sexo masculino, para assegurar a descendência e a manutenção dos bens familiares. Nas casas as mulheres teciam e faziam as refeições, com a ajuda dos escravos. Embora excluídos do exercício político, elas desempenhavam um importante papel nos ritos da comunidade, campo em que as mulheres encontravam seu espaço de força e reconhecimento da sociedade ateniense (VICENTINO; VICENTINO, 2018, p. 130).

E assim, através de um parágrafo, os alunos terão basicamente a noção de que as mulheres não participavam da vida pública, eram subordinadas aos homens gregos, criadas apenas para o casamento e geração de filhos e administração do lar, cabendo por fim um desempenho nas questões religiosas da pólis. Ou seja, todas as pesquisas ligadas as mulheres gregas e as suas ramificações dentro da Grécia, os usos e costumes desses referentes, as suas citações em peças, as suas participações em atos públicos e até a sua multiplicidade - porque a mulher não é um ser único – são excluídas de maneira que, se o professor não complementar esse conhecimento, o aluno só terá a oportunidade de estudar sobre esse assunto no ensino médio, se assim for ensinado. Logo, até a proposta de livro adequado aos parâmetros da Base Nacional Comum Curricular, propaga uma ausência e contribui para um silenciamento das mulheres na Grécia antiga.

Notem que essa é apenas uma evidência da exclusão do feminino no Ensino de História, e o que chama atenção é que existem legislações que regem os currículos, e consequentemente, não só os pilares que devem ser trabalhados nas aulas, como também desenvolvem as competências que precisam ser aprofundadas em sala de aula. Mas, no livro em questão, não existe uma atenção ao assunto.

24

Em resumo, entende-se que há uma importância na percepção dos acontecimentos históricos e das relações de poder que foram responsáveis por transformar as estruturas da sociedade. Sendo essencial também identificar que em meio a tudo isso existiram diferentes sujeitos – homens e mulheres. No entanto, os materiais didáticos que os discentes entram em contato nas escolas se adequam ao conceito de inclusão de sujeitos, ou, assim como no livro didático Teláris, se ignora a Base Nacional Comum Curricular quando o assunto é inclusão das mulheres gregas.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos os desafios na inserção dos referentes femininos nos estudos historiográficos. Mesmo com a grande cisão que influenciou o surgimento dos Annales e, consequentemente, o surgimento da história vista de baixo e dos novos sujeitos que antes não eram importantes na história oficial, às mulheres foi relegado o não espaço. Sendo assim, só ganharam voz com o avanço dos debates feminista que possibilitaram os estudos para além dos costumes. Essas ondas feministas europeias acabaram influenciando os estudos no Brasil e a crescente

produção de pesquisas que tinham como objeto o feminino e suas manifestações. Porém, dentro das universidades esses trabalhos borbulham, mas nas escolas, pouco se vê a esse respeito.

Com base na análise, reafirmou-se que a superação dessas barreiras é fundamental para garantir uma educação equitativa para todos. Dessa forma, tanto as questões identitárias da formação do professor-pesquisador quanto a falta de interesse político, foram problematizados. Ficou claro que o debate é amplo, pois abrange diversas categorias de análise. Todavia, é imprescindível que as ausências das mulheres no espaço escolar sejam assinaladas, tendo em vista uma formação sem exclusão, uma formação completa.

Referências

CARDOSO, O. Didática da História. Em: FERREIRA, M. D. M.; OLIVEIRA, M. M. D. D. (Eds.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2019.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

25

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FERREIRA, Angela R. **Representações da História das mulheres no Brasil em Livros didáticos de História**. Dissertação (Mestrado em Educação), UEPG – Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Ponta Grossa, 2006.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. Cultura e consciência na história intelectual das mulheres européas. **The journal of Women in culture and society**, v.12, n.31, Printed by the University of Chicago, p.529-547, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido. Esfinge que ameaça a educação**, 2017.

FRISCH, Michael. A História Pública não é uma via de mão única: ou De: A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo. Letra e Voz, 2016.

GATTO, J. T. **Emburrecimento programado: o currículo oculto da escolarização obrigatória**. São Paulo, Ed. Kirion, 1º ed, 2019

GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p. 12.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. VI.

HAHNER, E. J. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HOBSDBAWM, E. J. E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOLLANDA, H. H. O. B. **Feminismo em tempos pós-modernos**. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MAIA, Carlos A. Crise da história ou crise dos historiadores no *linguistic turn*, o caso brasileiro. **Projeto História**, nº 41, 2010, p. 351-382.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, Ana M. L. Os discursos no Contra Neera: uma análise através da teoria de James Scott. **Mythos**. Ano VI, Número II, 2022, p. 32-52.

NAVAJAS, Ana L. Análisis de la ausencia de las mujeres en los manuales de la ESO: una genealogía de conocimiento ocultada. **Revista de Educación**, 363. Enero-Abril 2014, pp. 282-308.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido? **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 3, n. 5, 2016.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Pesquisador ou professor: o conflito identitário do historiador. **Caminhos da História**, v.26, n.2 (jul./dez.2021).

PARAÍSO, M. A. Gênero na formação docente: campo de silêncio do currículo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 102, p. 23-45, 1997.

PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005, p. 77-98.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres** São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Escrever uma História das mulheres**: relato de uma experiência. Cadernos Pagu, ed. 4, 1995, p. 9-28.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica (Coleções História e Reflexõe)s, 2012.

PINSKY, Carla B. Estudos de gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009, p. 159-189.

PRIORE, Mary D. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994

ROSEMBERG, F.; (Org). Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. 1.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, T. M. G. A trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **POLITEIA: Hist. E Soci.**, Vitória da Conquista, v.8, nº 1, p. 223-231, 2008.

SOUZA, Mariane P. **Entre a ausência e a representatividade: gênero e mulheres nos livros didáticos de História**. Dissertação (Mestrado em Educação sexual), Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara -SP, 2020.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TILLY, Louise. “Genre, Histoire des Femmes et Histoire Sociale”. **Les Cahiers du Grif – Le Genre de L’Histoire**, Paris: Tierce, v. 37, n. 38, 1990.

27

VIANA, Herika P. R. **A formação de professores de História: Articulação teoria e prática**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de pós-graduação em História, Pernambuco, 2017.

VICENTINO, C. ; VICENTINO, J. B. **Télaris História, 6º ano: ensino fundamental**. 1º ed., São Paulo, Ática, 2018.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1303, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf. Acesso em: 11 de fev. 2022.

Artigos Livres.

Recebido em: 22 mar. 2024.

Aprovado em: 25 maio 2024.

A Guerra Social 91-88 a. C. e a cidadania romana: uma perspectiva da Nova História

Militar

The Social War 91-88 BC and the Roman citizenship: a perspective from the New Military History

Allef de Lima Laurindo Fraemann Matos¹⁴

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Resumo:

Nova História Militar é uma abordagem que busca expandir o campo de investigação da guerra, estabelecendo conexões com os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que tanto influenciam quanto são influenciados pelas sociedades em conflito. Esses conceitos são particularmente relevantes na interpretação da Guerra Social, que ocorreu entre Roma e seus aliados da Península Itálica entre 91-88 a.C. Nesse período, os aliados reivindicavam a cidadania romana, e o conflito pode ser entendido como uma contestação à hegemonia romana que os excluía da esfera política e dos direitos da cidadania. Além de proporcionar uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e resistência, a análise da Guerra Social sob a ótica da Nova História Militar destaca como as disputas por inclusão e reconhecimento podem desencadear conflitos significativos. Assim, este texto propõe realizar uma revisão bibliográfica sobre a Nova História Militar e avaliar as contribuições dos seus aportes teóricos para a compreensão do fenômeno histórico da Guerra Social, enfatizando as interações entre guerra, cidadania e transformação social, e como esses elementos moldaram a evolução das sociedades envolvidas.

Palavras-chave: Cidadania Romana; Guerra Social; Nova História Militar; Roma.

Abstract:

The New Military History is an approach that seeks to expand the field of war investigation by establishing connections with the social, cultural, political, and economic factors that both influence and are influenced by societies in conflict. These concepts are particularly relevant in the interpretation of the Social War, which occurred between Rome and its allies on the Italian Peninsula from 91-88 BC. During this period, the allies were demanding Roman citizenship, and the conflict can be understood as a challenge to Roman hegemony that excluded them from the political sphere and citizenship rights. In addition to providing a deeper understanding of power dynamics and resistance, analyzing the Social War through the lens of the New Military History highlights how disputes over inclusion and recognition can trigger significant conflicts. Thus, this text proposes to conduct a literature review on the New Military History and evaluate the contributions of its theoretical frameworks to the understanding of the historical phenomenon of the Social War, emphasizing the interactions between war, citizenship, and social transformation, and how these elements shaped the evolution of the societies involved.

¹⁴ Bolsista: Facepe-Fundação de Amparo A Ciência e Tecnologia de Pe.

Keywords: Roman citizenship; Social War; New Military History; Rome.

Introdução

A História Militar é um campo de estudo vasto e multifacetado que transcende a mera cronologia de batalhas e campanhas. Segundo John Keegan, ela pode ser definida como o estudo abrangente do armamento e sistemas de armas, abordando desde a cavalaria e artilharia até castelos e fortificações. Inclui também a análise do cavaleiro com armadura, do encouraçado e do bombardeiro estratégico. No entanto, não se limita a isso: é igualmente o estudo das instituições militares, como regimentos, estados-maiores e escolas de estado-maior, bem como dos exércitos e marinhas em geral. Ademais, contempla as doutrinas estratégicas adotadas em batalha, refletindo a complexidade das sociedades que as engendram e as consequências que delas emanam. Este campo não apenas documenta a evolução da guerra, mas também busca entender como as forças armadas e suas estratégias moldam e são moldadas pelos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos em que estão inseridas. (KEEGAN, 2000, p. 28-30).

29

Segundo Moreira, a História Militar é um dos gêneros mais antigos da historiografia, e tinha duas preocupações iniciais: “Primeiro buscava refletir sobre a técnica da arte militar. Segundo se interessava pelo fato glorioso e seu significado.” (MOREIRA, 2012, p. 271). De tal modo, tradicionalmente, História Militar é associada à noção de militarismo, e compreendida como história das guerras, das campanhas militares e dos grandes generais, e como bem observou Pedrosa:

A História Militar tradicional estuda a evolução da arte da guerra e da doutrina militar. Seu foco está nas campanhas, batalhas e nos feitos dos grandes chefes militares, em busca dos princípios universais para a vitória e para a liderança militar. Tem fundamental função didática no estudo da estratégia, da tática e da liderança militar, com base em estudos de caso nas academias militares (PEDROSA, 2011, p. 07-08).

Essa abordagem, que tem uma função didática nas academias militares, se baseia na descrição dos fatos, sem problematizar e analisar os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais das instituições militares. Assim, a história militar tradicional é uma história descritiva, que busca apresentar os princípios universais para a vitória e para a liderança militar. As narrativas se baseiam na descrição de conflitos, sem fazer uma problematização ou análise. Nesta visão

tradicional da história militar, os historiadores não tinham um interesse em entender as instituições militares em seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

No entanto, na década de 1970, o conceito de história militar se expandiu significativamente em função da interação da história com outras áreas das ciências humanas, especialmente, Antropologia e Sociologia, e assim como o uso de novos objetos, métodos e abordagens temáticas. Desta forma criando novo modelo de história militar, voltado aos estudos das forças armadas e sua relação com a sociedade.

Essa nova corrente que emergia ficou conhecida como nova história militar, se originou com os estudos de Geoffrey Parker (1996), e tinha como objetivo não apenas a descrição dos relatos dos conflitos, bem como uma análise das relações sociais, políticas e culturais dos agentes envolvidos na guerra. Essa nova concepção da história militar se articula com as discussões presentes na história vista de baixo. Essa perspectiva historiográfica despertou o interesse dos historiadores para ampliar os limites das suas discussões com a disciplina e abrir novas áreas de pesquisa, e sobretudo explorar os novos pontos de vista daqueles homens e mulheres, cuja sua existência é tão frequentemente esquecida pela história (SHARPE, 1992, p. 42).

30

“A nova história militar se interessa pela confluência e a interação de fatores diplomáticos, políticos, econômicos sociais e intelectuais e com tendências militares na sociedade.” (MATLOFF, 1982, p. 422). Nessa visão, Ronaldo Vainfas e Luiz Soares concordam com Maurice Matloff, e debatem sobre a temática:

A nova história militar não apenas apresenta novos objetos para o seu campo de estudos, aproximando-a da história sociocultural e da história socioeconômica, como também vem desenvolvendo novas abordagens investigativas, com a introdução desses novos objetos e, até mesmo, ao focalizar os temas clássicos estudados pelas gerações anteriores de historiadores (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 124).

Esse debate tem trazido a necessidade de se repensar as fontes e métodos usados nas pesquisas desse campo. Os “relatórios, depoimentos, estatísticas, esforços de cartas topográficas, filmes, fotografias e uma quantidade infinita de outros materiais impessoais [...]” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 34). São novas fontes de pesquisa que estão à disposição dos historiadores, e não devem ser desprezadas, pois, como afirma Marc Bloch (2001), o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.

Eric Hobsbawm (2013) aponta que todos os tipos de história têm os seus problemas técnicos, mas a maioria deles supõe haver um conjunto de fontes prontas, cuja interpretação levanta tais problemas¹⁵, já que diversos documentos escondem as vozes dos grupos subalternos. Sendo assim, é preciso considerar todos os fatores para não distorcer as vozes dos grupos subalternos, como mulheres, escravos, pobres rurais, camponeses e grupos étnicos marginalizados.

Assim, ao utilizar diferentes fontes de informações e métodos, o historiador problematiza o objeto por ele analisado. Essa renovação das fontes no campo possibilitou que os historiadores militares se aproveitassem de outros métodos para desenvolvimento da pesquisa histórica. “Esses elementos podem ser articulados de maneira a se olhar para um passado, aparentemente já bem conhecido, de uma maneira radicalmente nova – e mais interessante” (GUARINELLO, 2019, p. 174). “As releituras das fontes utilizadas nas narrativas bem como a crítica à historiografia são imprescindíveis para que surjam as múltiplas realidades, os agenciamentos sociais plurais, que ficaram ocultos no fazer histórico tradicional” (SWAIN, 2008, p. 29).

E dessa maneira, as discussões da história militar podem ser extrapoladas como métodos de análise para outros momentos históricos, e o enfoque nas formas históricas de exploração e resistência entre elites e grupos subalternos (FRIZZO, 2012, p. 13.), pois só com esses novos olhares, as percepções relacionadas aos estudos das sociedades pré-industriais passem por um processo de (re)construção histórica. “Assim, torna-se inviável pensar fenômenos sociais, como a guerra, sem o estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura” (SANCHES, 2010, p.07).

Dessa maneira a guerra, enquanto fenômeno social, reflete as complexidades das estruturas maiores às quais está intrinsecamente ligada, moldando e sendo moldada pelas experiências, necessidades e antagonismos individuais que, por sua vez, são processados e expressos através da consciência e cultura coletivas. Logo, os homens e mulheres também retornam como sujeitos – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres –, mas como pessoas que experimentam suas situações

¹⁵ Os problemas incluem a seleção de fontes, muitas vezes produzidas por grupos dominantes, e a interpretação parcial influenciada por preconceitos. Há também lacunas documentais sobre as experiências dos grupos subalternos, como mulheres, escravos, pobres rurais, camponeses e grupos étnicos marginalizados. A leitura contextual inadequada e metodologias inadequadas podem distorcer essas vozes. Além disso, a política de memória pode influenciar como a história é registrada e lembrada. Considerar todos esses fatores é essencial para proporcionar uma representação justa e precisa dos grupos subalternos na história.

e relações produtivas, determinadas como necessidades e interesses, como antagonismos e, em seguida, tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura (THOMPSON, 1981, s/p).

Portanto, a nova história militar se propõe a analisar os conflitos bélicos não apenas do ponto de vista dos grandes líderes e das estratégias militares, bem como das experiências e das relações sociais, políticas e culturais dos agentes envolvidos na guerra. Nesse sentido, ela se aproxima da história vista de baixo, que busca recuperar as vozes e as perspectivas dos grupos marginalizados e silenciados pela história oficial.

Dessa forma, a nova história militar e a história vista de baixo convergem na análise dos conflitos, enfatizando que as guerras são reflexos das dinâmicas sociais e das lutas por reconhecimento e direitos, como exemplificado pela Guerra Social, que ocorreu em Roma entre 91 e 88 a.C., envolvendo a revolta dos aliados da Península Itálica contra a dominação romana. Essa guerra pode ser vista não apenas como um conflito político-militar, mas também como uma expressão das tensões sociais, das demandas por cidadania e dos processos de identidade e resistência dos povos subjugados por Roma. Tais como os Samnitas, Etruscos e Umbros. Estes grupos, juntamente com outros povos itálicos, lutaram para obter os direitos e reconhecimento dentro do sistema romano.

32

Cidadania romana como um elemento de ascensão social

A concessão da cidadania em Roma é uma história marcada pelos conflitos sociais, econômicos e políticos. É um conflito entre os plebeus, os patrícios e os latinos, assim como, os demais povos que englobam a engrenagem que movimenta a sociedade romana. A história da cidadania romana é uma luta pela redistribuição de terras, pela abolição da escravidão por dívidas ou por uma participação maior no poder (GUARINELLO, 2019, p. 33). Na sociedade romana, a cidadania era essencial para estabelecer a personalidade jurídica de um indivíduo. Consequentemente, Rafael Scopacasa ressalta que a personalidade jurídica, juntamente com sua capacidade de adaptação através da atribuição da cidadania, é de importância notável também do ponto de vista sociocultural (SCOPACASA, 2015, p. 115).

Essa dinâmica jurídico/social do status da *civitas*, que era inicialmente a qualidade própria do cidadão, desenvolveu posteriormente o significado de conjunto de cidadão. É fruto desse fenômeno o processo de construção da cidadania romana como instituto jurídico, que não é delineada apenas como uma ligação entre partes de comunidade, formando-a, mas também é vinculado a um espaço geográfico de tais direitos (DAL RI; DAL RI Jr, 2013, p. 301-302).

Assim, a expansão da hegemonia romana na Península Itálica, bem como no Mediterrâneo, não implicou em uma exploração sistemática das cidades e dos povos submetidos. Muitas comunidades¹⁶, como acrescenta Norberto Guarinello (2019), recebiam a cidadania romana, ou sendo mais exato, a *civitas sine suffragio* (cidadania sem sufrágio), enquanto outras, recebiam o status de aliados, sem outras obrigações, senão fornecer soldados, seus próprios cidadãos para compor as tropas auxiliares do exército romano.

Essa dinâmica de atribuição da cidadania romana, engessada com direitos e privilégios, concedidos pelo status de cidadão, influenciava o *modus operandi*¹⁷ da sociedade, ou seja, a expansão de Roma na Península Itálica serviu para consolidar o imperialismo romano, com os seus instrumentos e contingências. Esse processo de institucionalização romana começa durante o século IV, como aponta Greg Woolf (2017), quando os romanos começaram a institucionalizar a posição de primazia de sua cidade na região de Lácio, criando uma federação de Estados com Roma ao centro. A federação era composta por latinos, cidadãos de comunidades com as quais os romanos partilhavam alguns direitos, como *commercium*¹⁸(comércio) e *conubium*¹⁹(casamento), havia também outros aliados, como os *socii*, comunidades ligadas a Roma por tratados políticos.

Dessa maneira, Roma expandia sua hegemonia de forma flexível, adaptando-se às necessidades políticas e militares de cada situação ao recorrer aos acordos de aliança com os povos estrangeiros. Essa estratégia permitia transformar antigos inimigos em aliados subordinados à

¹⁶ Entre essas comunidades estavam os Sabinos, os Latinos, os Marsos e os Pelignos, que, ao lado dos Samnitas, Etruscos e Umbros, exemplificam a diversidade das relações entre Roma e os povos subjugados, refletindo as complexas dinâmicas de cooperação e resistência dentro da sociedade romana.

¹⁷ É uma expressão em latim que significa modo de operar. Refere-se ao método ou procedimento usual e distintivo de uma pessoa ou grupo ao realizar uma determinada atividade.

¹⁸ É o direito de realizar transações comerciais e legais, como comprar, vender, possuir propriedades e fazer contratos. Era um direito concedido aos cidadãos romanos e a certos estrangeiros sob condições específicas

¹⁹ Refere-se ao direito de contrair um casamento legalmente reconhecido, que também estava disponível para cidadãos romanos. Este direito permitia que o casamento produzisse filhos legítimos com direitos de herança e outros direitos civis.

hegemonia romana. Para algumas comunidades itálicas derrotadas, como salienta Thomas Martin, Roma concedia a cidadania plena; para outras, oferecia as proteções jurídicas da cidadania, mas sem o direito a voto nas assembleias de Roma. Em outros casos, algumas comunidades recebiam tratados de aliança e proteção (MARTIN, 2019, p. 97-98).

Nesse contexto, a concessão da cidadania é utilizada pelo Estado romano como uma forma de neutralizar politicamente as comunidades vencidas e, dessa maneira, absorver as comunidades ao próprio conceito de cidadania romana (FERNÁNDEZ, 2007, p. 318). Isto é, o status de cidadão era entendido pelos romanos como uma condição política, fruto de um acordo social implícito da mesma natureza, que atribuía a quem possuía o direito e também o dever de participar da vida pública, além de contribuir efetivamente para o progresso da comunidade, tornando-se um instrumento de integração dos aliados, “criando uma Roma descontínua na Itália multifacetada, diversa e desigual, dir-se-ia mesmo de acordo com uma hierarquia balizada pelo grau de resistência ou adesão ao poderio romano, com estatutos e privilégios entre as comunidades vencidas” (OLIVEIRA, 2015, p. 244-245), e, desse modo, Roma estabeleceu uma rede de alianças com as elites locais, integrando as comunidades à sua estrutura político-administrativa, mediante a concessão e a participação no direito da cidade de Roma.

34

A guerra social na república romana

A expansão de Roma nos séculos II e I a.C., no período final da República tardia, gerou conflitos sociais entre as diferentes comunidades que viviam na Itália. “Os *soccii*, latinos, e os Federados²⁰ se sentiam injustiçados por não terem os mesmos direitos políticos e jurídicos que os cidadãos romanos, mesmo tendo lutado ao lado de Roma nas guerras” (MANTAS, 2015, p. 337-338). Além disso, eles sofreram com a destruição causada pela Guerra Púnica em seus territórios. Segundo Maria Luiza Corassin:

Os aliados itálicos, os *socii*, eram obrigados a prestar ajuda militar a Roma, nas contínuas guerras do século II AEC sofreram pesadas baixas, do mesmo modo que os camponeses romanos. A situação deles era ainda mais grave, graças à discriminação que sofriam por

²⁰ Povos aliados de Roma que mantinham uma relação de *federatio* (federação) com a República Romana. Apesar de colaborarem militarmente com Roma, contribuindo com tropas para o exército e participando das campanhas militares ao lado dos romanos, eles não desfrutavam dos mesmos direitos políticos e jurídicos dos cidadãos romanos. Essa disparidade de direitos gerava insatisfação entre os Federados, que se sentiam injustiçados por não possuírem igualdade de condições com os romanos.

não terem os direitos políticos dos romanos. Os *socii* não podiam recorrer à assembleia popular, eram prejudicados na divisão do saque de guerra, e as penas disciplinares que sofriam o serviço militar eram mais duras que as aplicadas aos cidadãos (CORASSIN, 2000, p. 51).

Os *socii*, que eram aliados de Roma nas guerras, exigiram a cidadania romana para terem os mesmos direitos políticos que os romanos. Thomas Martin afirma que os *socii* participavam dos lucros das conquistas militares, mas não podiam interferir na política romana. “Isso gerou um descontentamento entre os aliados, que desejavam uma maior integração na riqueza crescente da elite” (MARTIN, 2019, p. 96-97).

Ser cidadão romano significava ter o direito de participar das eleições em Roma, mas isso era muito difícil para a maioria, pois os votos só podiam ser feitos na capital. Mary Beard explica que: “Os cidadãos que não moravam em Roma precisavam ter dinheiro e tempo para viajar até lá, se quisessem aproveitar sua influência política” (BEARD, 2017, p. 235). O cidadão romano era chamado cerca de vinte vezes por ano para votar no fórum ou no Campo de Marte²¹, e como Maria Luiza Corassin (2006) observa, ele tinha que abandonar seus trabalhos e viajar longas distâncias, já que a participação na votação não era compulsória, fica evidente que os mais ricos tinham mais presença.

Os cidadãos rurais menos abastados, ligados ao calendário agrícola, enfrentavam maiores dificuldades para comparecer às assembleias; os eleitores urbanos estavam mais disponíveis. Para atrair o eleitor à cidade era preciso convencê-los a enfrentar o incômodo da viagem; mas sem dúvida, quando estavam em discussão questões importantes, como uma lei agrária, o número de cidadão presentes devia ser considerável, os cidadãos mais ricos, das primeiras classes censitárias, eram mais participantes, pois muitos tinham casa em Roma e não trabalhavam pessoalmente suas terras (CORASSIN, 2006, p. 281).

Os novos cidadãos que receberam a cidadania não tinham apenas o interesse de participar da política romana. Para eles, ser cidadão também significava ter igualdade jurídica e status social garantidos pelo direito, como moradores das cidades aliadas. As comunidades locais adotaram os padrões culturais e sociais romanos, empregando o status de cidadão e seus benefícios conforme suas aspirações políticas, sociais e econômicas. Do mesmo modo, Marx salienta que enquanto a cidadania romana oferecia uma integração à estrutura jurídica e social, ela contrastava com a independência econômica e a autonomia que caracterizavam a vida agrícola, revelando a

²¹ O Campo de Marte era uma ampla área aberta situada no centro da cidade de Roma, na Itália, com uma gama diversificada de usos, abrangendo desde atividades físicas até eventos culturais e políticos.

diversidade de formas que a cidadania poderia assumir em diferentes contextos culturais. Assim, explica Karl Marx:

Economicamente, a cidadania pode se expressar simplesmente como uma forma na qual os agricultores vivem na cidade. Na forma germânica o agricultor não é um cidadão, vale dizer, não é um habitante da cidade, e sua base é o estabelecimento familiar isolado, independente, garantido pela associação com outros estabelecimentos semelhantes de homens da mesma tribo e por sua reunião ocasional para finalidades bélicas, religiosas, solução de disputas legais, etc , — que constituem a base da segurança recíproca (MARX, 1985, p. 70).

Portanto, enquanto os novos cidadãos buscavam aproveitar os direitos e privilégios de sua recém-adquirida cidadania romana, a inclusão deles no corpo político representava uma ameaça ao equilíbrio de poder estabelecido, provocando tensões e disputas entre as facções políticas existentes. Se esses novos eleitores que não estivessem sob o controle habitual dos *optimates*²², perturbariam a política tradicional. Esta questão tornou-se uma grande fonte de disputas porque outros políticos, particularmente os *populares*²³, estavam dispostos a acolher qualquer coisa que tivesse a possibilidade de romper o padrão estabelecido de alianças políticas (CAMPBELL, 2011).

36

Nesse cenário de disputas, Marco Lívio Druso foi eleito em 91²⁴ a. C., em meio a conflitos políticos e sociais. Druso tentou resolver os problemas dos aliados insatisfeitos e, como tribuno, propôs medidas como fornecer grãos a baixo preço, restabelecer os lotes do *ager publicus*²⁵ e dar a cidadania aos *socii*, defendendo os assentamentos, a fundação de colônias e a concessão da cidadania a todos os aliados de Roma no território. Essas medidas aumentaram a crise política em Roma, Marco Lívio Druso atraía com elas, o descontentamento da elite (SANT'ANNA, 2015, p. 102). Assim cita Brian Campbell:

²² É uma expressão em latim que pode ser traduzida como nobres. Este grupo era formado principalmente por aristocratas conservadores que defendiam os interesses da classe patrícia e a autoridade do Senado. Eles eram vistos como os defensores do status quo, resistindo às mudanças propostas pelos *Populares* e mantendo o poder tradicional das famílias aristocráticas. (ROBB, 2010).

²³ É uma expressão em latim que pode ser traduzida como o povo. Os líderes políticos desse grupo buscavam o apoio popular e frequentemente se opunham ao Senado. Eles utilizavam as assembleias populares para avançar suas agendas, muitas vezes em favor dos interesses do povo ou para promover suas próprias ambições políticas. Os *Populares* são conhecidos por terem pressionado por reformas como a redistribuição de terras e a extensão da cidadania romana. (ROBB, 2010).

²⁴ Marco Lívio Druso foi eleito em 91 a.C. e seu governo foi interrompido pelo seu assassinato no mesmo ano.

²⁵ O *ager publicus* (terreno público) é um terreno que pertence ao Povo Romano (*populus Romanus*), proveniente, sobretudo, de conquistas militares, isto é, de confiscos aos povos vencidos. A posse desses *agri publici* cabia aos cidadãos romanos (*cives romani*) que pagavam periodicamente uma porção (1/5 ou 1/10) dos frutos. (DIAMVUTU, Lino, 2014, p. 06)

M. Livio Druso, elegido tribuno el año 91 a. C., propuso una ecléctica colección de medidas, incluido un reparto de trigo barato, la reforma de la ley de tribunales y la ciudadanía para los italianos. Contaba con el apoyo de algunos senadores importantes y posiblemente perseguía una reforma genuina, pero el cónsul Marcio Filipo fomentó la oposición; entre los plebeyos no había un apoyo mayoritario a la extensión de la ciudadanía (CAMPBELL, 2011).

“As leis propostas por Druso procuravam favorecer os interesses dos aliados da plebe, dos cavaleiros e dos senadores” (MANTAS, 2015, p. 339), isso porque o programa formulado pelo tribuno era destinado a todos os segmentos da sociedade romana. O programa prometia aos aliados a cidadania romana; aos camponeses, a resolução da questão agrária; aos *equestres*, o acesso aos cargos senatoriais; e aos senadores, a participação nas decúrias de jurados (ALFÖLDY, 1989 p. 94.).

No entanto, os grupos que controlam a política romana também temiam as leis propostas pelo tribuno, e o episódio acabou com ele sendo assassinado em sua casa. Antes de sua lei de ampliação da cidadania ser votada, e, em seguida, após o seu falecimento, o Senado cancelou as outras leis que Druso tinha proposto. As elites romanas temiam as reformas propostas por Druso pelos seguintes motivos: os senadores, não desejavam a elevação da *dignitas equestre* e os *equestres*²⁶ temiam perder sua exclusividade nos tribunais de justiça (LIMA, 2010, p. 26).

O assassinato de Marco Lívio Druso marcou o que iniciou um conflito civil na Península Itálica, o primeiro ato deste conflito eclodiu na cidade de Ascoli, no Piceno, onde foi morto um magistrado romano que tentava controlar o motim por causa da morte do tribuno. A revolta que desabrochou em Ascoli, espalhou-se pela Península como um movimento generalizado, e o conflito depressa atingiu a proporção de uma guerra civil, marcada por muita violência de ambos os lados, incluindo o massacre das cidades que não aderiram ao movimento. Cidades como Asculum, Herculano e Pompeia foram alvos de ataques e saques pelas forças rebeldes, resultando em massacres e destruição. O conflito social não apenas evidenciou as tensões profundas entre Roma e suas cidades aliadas, mas também revelou as injustiças e desigualdades que existiam dentro da própria estrutura política e social romana.

²⁶ *Dignitas* equestre" pode ser traduzido como dignidade equestre. Refere-se ao status social e político dos cavaleiros romanos, uma classe intermediária entre a aristocracia senatorial e a plebe. Os *equestres* eram membros dessa ordem social, conhecidos como cavaleiros. Eles geralmente se destacavam na vida pública como comerciantes, funcionários públicos e oficiais militares.

Thomas Martin salienta que “[..] os insurgentes se uniram contra Roma, criando suas próprias moedas para financiar a revolta violenta” (MARTIN, 2019, p. 131). Nesta situação, Sant’Anna (2015) destaca que Roma enfrentou uma ameaça à sua hegemonia na Península Itálica por parte de uma aliança de cidades rebeldes. Nesse contexto, conforme observado por Brian Campbell, os marsos e os samnitas formaram uma confederação com uma capital própria, próxima à cidade de Roma, e denominaram a nova capital da confederação como Itália²⁷,

En medio de toda esta agitación, los italianos recurrieron a la guerra el año 91 a. C., exasperados por la actitud de los romanos, que parecían mirar a las personas de su mismo origen como extranjeros. Los hombres italianos de negocios proporcionaban los fondos y las riquezas para la guerra, las mismas riquezas que, por ejemplo, habían financiado la construcción de un teatro de piedra a finales del siglo II en la pequeña ciudad samnita de Pompeya. Los italianos tenían seguridad en sí mismos y experiencia en la guerra, y eran oponentes formidables; llegaron a acuñar monedas y a establecer un Senado (CAMPBELL, 2011).

Vasco Gil Mantas (2015) complementa essa análise ao comentar sobre a formação das tropas insurgentes na guerra. Ele destaca que essas tropas contavam com cerca de cem mil homens, treinados com as mesmas técnicas das legiões romanas.

Os insurretos conseguiram mobilizar forças muito importantes, que alguns calculam em 100000, com a agravante que havia entres eles muitos veteranos das guerras romanas, bons conhecedores das táticas do que eram agora seus inimigos. Os rebeldes, cujos chefes principais pertenciam a famílias provinciais ricas, criaram uma federação italiana, com a capital em Corfinio, rebatizada como *Italica* ou *Italia*, com um senado representativo e uma moeda própria (MANTAS, 2015, p. 340).

“A Guerra Social foi uma guerra dos *socii* contra Roma, envolvendo conflitos entre os cidadãos romanos, divididos entre conservadores e reformistas” (ALFÖLDY, 1989 p. 82). Os motivos dessa guerra mostram que muitos dos rebeldes que lutaram nos conflitos queriam a cidadania romana, que garantiria o fim da exclusão política e da inferioridade social.

Os *socii*, “*solicitan la ciudadanía romana por su acercamiento a Roma en constitución, derecho y costumbre, por un lado, y, por otro, por sus desventajas frente a los romanos en la explotación imperial y los abusos de los magistrados romanos*” (ALONSO, 1983, p. 204). Podemos acrescentar também como motivo da Guerra Civil, “a concessão da cidadania romana a inúmeros estrangeiros ricos das novas províncias, concomitante à recusa da concessão do direito

²⁷Durante a Guerra Social várias cidades e povos da Península Itálica, incluindo os Marsos e os Samnitas, se uniram em uma aliança conhecida como a “Confederação de Itália”. Essa aliança foi formada com o objetivo de lutar contra Roma em busca de igualdade de direitos e cidadania romana para os *socii*.

de cidadania aos vizinhos itálicos” (GAIA, 2018, p. 110-111). Dessa forma, Roma assistiu aos seus antigos aliados da Península Itálica se insurgirem contra o seu domínio em busca do direito à cidadania romana (BARBOSA, 2017, p. 126.).

A guerra durou até 88 a.C., e atingiu principalmente cidades e tribos do sul da Península Itálica, situadas ao sul e leste de uma linha entre a foz do rio Liri e a costa do Adriático. Depois de um período de vitória dos rebeldes, o conflito mudou de rumo, quando os generais Gaio Mário e Cornélio Sula assumiram o comando das tropas legionárias, os dois generais tinham um grande contingente militar, que totalizava 18 legiões, formadas de acordo com o modelo de recrutamento estabelecido por Mário em 107 a.C.

Antes da reforma militar feita por Caio Mário²⁸, o exército romano não era oficial, regular e profissional, na verdade cada cidade tinha que cuidar das suas próprias tropas. Assim, como diz Jean-Michel Carrié, “[...] a cidade só tinha o exército que era formado pelos seus cidadãos, que eram convocados por turnos e conforme as necessidades, somente durante a guerra” (CARRIÉ, 1992, p. 90). Pedro Paulo Funari (2012) ressalta que as tropas nesse período antes da reforma de Gaio Mário eram um exército de camponeses, pois só lutavam no verão, entre o plantio e a colheita. Além disso, os cidadãos tinham que se equipar por conta própria. Assim, o lugar dos soldados na batalha dependia do seu status socioeconômico, e os que não podiam se armar ficavam fora do exército.

As guerras muito longas impediam os camponeses de participar do exército, por isso o cônsul Gaio Mário em 107 a.C., fez uma série de mudanças no recrutamento, na legislação e na organização militar. As mudanças feitas por Mário incluem: a eliminação da divisão por renda, o fornecimento de armas pelo Estado, os salários dos soldados, a chance de enriquecer com os despojos de guerra e a recompensa fixa após 25 anos de serviço (PIOTROWSKI; VENTURINI, 2009, p. 09). Assim surgiu uma força militar profissional, que não era mais uma milícia da cidade que se juntava para uma campanha e se separava depois, mas um exército permanente” (SOUZA, 2004, p.02).

²⁸ Foi um general e político romano do final do século II a.C. Ele é mais conhecido por suas reformas no exército romano e por sua rivalidade com Lúcio Cornélio Sula. Mário nasceu em uma família plebeia e ascendeu na hierarquia política e militar romana por meio de suas habilidades militares e alianças políticas.

As mudanças militares feitas por Mário, melhoraram a gestão das tropas e principalmente o recrutamento de novos legionários. Assim, quando uma Guerra Social começou na Península Itálica, o exército romano já era profissional e preparado para enfrentar o movimento rebelde, e em 88 a.C., só os samnitas continuavam na guerra, como afirma Mantas, “[...] os samnitas foram das mais difíceis de dominar, mesmo depois da queda Bovianum (Pietrabbondante), a segunda capital da federação, tomada por Sula, continuando a resistir com os lucânios e marsos, até 87 a.C.” (MANTAS, 2015, p. 341).

Contudo, os elementos que determinaram o fim do conflito seriam várias manobras políticas adotadas por Roma com o objetivo de conseguir a submissão dos insurgentes, como atender as reivindicações dos *socii* e criar três leis (*Iulia*, *Plautia Papiria* e *Pompéia*), que ajudaram a mudar a situação a seu favor. A *Lex Iulia*, de 90 a.C., dava a cidadania a todos os aliados leais, as outras duas leis davam o mesmo direito aos rebeldes rendidos e às cidades da Gália Cisalpina²⁹. Assim, explica Luciene Dal Ri e Arno Dal Ri Jr:

Lex Iulia de civitate latinis danda, proposta pelo Cônsul Lúcio J. César foi aprovado em 90 AEC, concedeu a cidadania romana a todos os *Latini* e itálicos que durante o conflito se mantiveram fiéis à Roma. No ano de 89 AEC, com a *lex Plautia Papiria de civitate sociis* danda, foi concedida a cidadania à latinoses itálicos, residentes na península itálica, que tivessem declarado ao magistrado romano em até dois meses de querer tornar-se cidadão. Ainda em 89 AEC, o cônsul Pompeio Estrabão apresentou e conseguiu a aprovação da *lex Pompeia de Transpadanis*, estendendo o estatuto de latini aos moradores da Gália Transpadana, dando as suas comunidades o status de colônias latinas (DAL RI; DAL RI Jr. 2013, p. 331).

Segundo Beard, a Guerra Social teve como consequência a extensão da cidadania romana à maior parte da península, por causa das leis de 90 e 89 a.C. Agora, os novos cidadãos podiam ter

²⁹ A supremacia romana em toda a Gália Cisalpina, que correspondia ao norte do Apenino na Itália (essencialmente na planície do Pó) data de 192 a.C. Cento e vinte anos antes de Cristo é a data da tomada da Gália do Sul, a qual foi denominada Província. Nesse território os romanos fundaram duas colônias – Aqua Sextiae (Aix-en-Provence) em 123 a.C., Narbo Martius (Narbonne) em 118 a.C., instalaram também uma guarnição em Tolosa (Toulouse) em 106 a.C. A província foi rebatizada em 27 a.C., como Narbonense por Augusto, quando este por lá passava, na ocasião em que foi atribuída ao senado. Assim sendo, pela antiguidade e amplo contato, a província Narbonense é a que tem uma presença romana mais forte. O poder político na Gália Narbonense, durante o período de dominação romana, ficava a cargo de um pró-cônsul, enquanto as outras três: Lionense, Aquitânia e Belga, faziam parte do domínio imperial e o seu governador era o próprio imperador (BINA, 2008, p. 17-18). Zardini ainda ressalta que a região da Cisalpina “mantinha alianças com as colônias latinas e praticava o comércio com o Oriente – sobretudo com os gregos – o que influenciou uma dinâmica sócio-cultural diversificada nas suas cidades. Como consequência dos intercâmbios, porém, a Gália Cisalpina se caracterizou por transformações culturais e processos de mobilidade social que definiram um ‘modo de ser’ típico do norte da Península Itálica, mais do que um ‘modo de ser’ romano.” (ZARDINI, 2015, p. 125).

duas cidadanias e duas identidades civis – a de Roma e a de sua cidade de origem (BEARD, 2017, p. 234). Esse processo de integração dos povos itálicos foi resultado de uma longa e sangrenta guerra entre Roma e seus aliados, que reivindicavam os mesmos direitos políticos dos romanos.

Conclusão

A Guerra Social modificou a estrutura sócio-política na Itália, conferindo-lhe a unidade política que faltava na península. Mas a ampliação do quadro de cidadãos após o conflito não englobou toda população livre que constituía a sociedade romana, que também resultou em um novo problema: a inclusão dos novos cidadãos no processo eleitoral. Mesmo com direito ao voto, essas comunidades não tinham uma participação efetiva, devido ao custo das viagens para Roma, durante o período eleitoral, como também os novos cidadãos foram inseridos nas trinta e cinco tribos existentes. E para que eles não obtivessem maioria dos votos durante as votações, eles foram incluídos em tribos distintas. “Assim os novos cidadãos, da mesma maneira que antes do conflito, permaneceram confinados em um número reduzido de tribo e na condição de inferioridade nas votações” (JIMÉNEZ, 1985, p. 263–264).

41

Portanto, a Guerra Social transformou estruturalmente a Península Itálica em uma unidade política sob o domínio de Roma, mas também revelou as tensões e os conflitos entre os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade romana. A nova história militar e a história vista de baixo são abordagens historiográficas que permitem analisar esse fenômeno, não apenas do ponto de vista das elites e das estratégias militares, mas também das experiências e das demandas dos soldados, dos camponeses, dos aliados e dos insurgentes. Essas perspectivas contribuem para uma compreensão mais ampla e complexa da Guerra Social, que não foi só uma disputa pelo direito de cidadania, como também uma expressão das contradições e das mudanças que afetaram a República Romana.

Referências

ALFÖDY, Gèza. **A História Social de Roma**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

ALONSO, Fernando Wulff. Notas para el estudio de lá historiografia moderna en el tema de las relaciones de Roma y los Italicos en el siglo II. a. C. Baetica. **Estudios de Arte, Geografia e História**, 6, 1983, p. 203-215.

BARBOSA, Gisele Oliveira Ayres. **Quando o divino celebra o humano: religião, política e poder nas moedas republicanas romanas (139-83AEC)**. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - PPGH/UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

BEARD, Mary. **SPQR: uma história da Roma Antiga**. São Paulo: Planeta. 2017.

BINA, Tatiana. **Os Fana no contexto Galo-romano**. 335f. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2001.

CAMPBELL, Brian. **Historia de Roma: Desde los origenes hasta la caída del imperio**. Barcelona: Titivillus, 2011.

CARRIÉ, Jean-Michel. O soldado. In: GIARDINA, Andrea (Org). **O homem romano: Portugal**. Editora Presença. 1992.

CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e política na Roma Antiga**. Atual Editora, 2000.

DAL RI, Luciene; DAL RI Jr. Arno. Cidadãos e latinos na experiência jurídica da Roma Antiga: novas possibilidades de um modelo de inclusão. **Revista NEJ - Eletrônica**, Vol. 18 - n. 2 - p. 300-314 / mai-ago 2013.

DIAMVUTU, Lino. Enfiteuse: **Domínio útil consuetudinário e domínio útil civil na lei de das terras**. 32f. Relatório da cadeira de direitos reais. Mestrado em Ciências Jurídico-civis. Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Direito, 2014.

FERNÁNDEZ, Estela García. Ni ciudadanos, ni extranjeros: la condición jurídica de la población provincial. In: HERRERO, Santiago Montero; MANJARRÉS, Julio Magas (Org.) **Ciudadanos y extranjeros en el mundo antiguo: segregación e integración**. Ediciones 2007, 2007, p. 227-240.

FRIZZO, Fábio. História, atualização do passado e estilhaços messiânicos de uma revolta popular no III Milênio. **História & Luta de Classes**, n ° 14 – setembro de 2012, 11-17.

FUNARI, Pedro. O Forte romano de Gholia (Bu Nejm) – exército, sociedade e cultura na Tripolitânia romana. In FUNARI, Pedro. **História militar no mundo antigo: guerras e culturas**. São Paulo: ANNABLUME. 2012, p. 173-196.

GAIA, Deivid Valério. **Entre a lei e o costume na Roma tardo-republicana e imperial:** Em torno de questões financeiras. Phoênix, Rio de Janeiro, 24-2, 2018, p. 108-123.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga.** São Paulo: Contexto, 2019.

HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2013.

JIMENEZ, Francisco Sanchez. La distribución de los nuevos ciudadanos romanos a raíz de la Guerra Social: Nota histográfica. Baetica. **Estudios de Artes, Geografia e História**, 8, 1985, p. 261 – 267.

KEEGAN, Jonh. Coisas antigas, distantes e tristes. In KEEGAN, Jonh. **A face da batalha.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2000.

LIMA, Vanessa Vieira de. **A revolta de Sertório e a crise republicana do século I a. C.:** uma visão das práticas de dominação imperialista romana nas Hispânicas. 190f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

MANTAS, Vasco Gil. Conflitos civis em Roma: dos Gracos a Sula. In BRANDÃO, José Luis; OLIVEIRA, Francisco (Org.) **História de Roma Antiga Volume I:** das origens à morte de César. Universidade de Coimbra, 2015, p.313-362.

43

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTIN, Thomas R. **Roma Antiga:** de Rômulo a Justiniano. Porto Alegre, RS: L & PM, 2019.

MATLOFF, Maurice. A Natureza e o Escopo da História Militar. In: WEIGLEY, Russel F. (Org.). **Novas Dimensões da História Militar.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1982, p. 421-443.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. **História Unisinos.** Vol. 16 Nº 3 - setembro/dezembro de 2012, p. 271 - 282.

OLIVEIRA, Francisco. Consequências da expansão romana. In: BRANDÃO, José Luis; OLIVEIRA, Francisco (Org.) **História de Roma Antiga Volume I:** das origens à morte de César. Universidade de Coimbra, 2015, p.233 -312.

PARKER, Geoffrey. **The Military Revolution:** Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800. Cambridge University Press; 2nd Revised, 1996.

PEDROSA, Fernando Velozô. A História militar tradicional e a “nova história” militar. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,** São Paulo, julho, 2011, p. 1-16.

PIOTROWSKI, Helton; VENTURINI, Renata. Roma Victor! Um estudo sobre o exército romano republicano e imperial. In: **VII JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS.**, 2009, p. 1 – 11.

ROBB, M. A. **Beuond populares and optimates**: Political language in the Late Republic. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2010.

SANCHES, Marcos. A guerra: problemas e desafios do campo da História Militar brasileira. **Revista Brasileira de História Militar**. Ano I, n.º1, abril, 2010.

SCOPACASA, Rafael. Poder popular e expansão da república romana, 200-150 a.C. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 80-101, jan./abr. 2018.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista. 1991, p. 39- 62.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. A nova história militar. In: VAINFAS, Ronaldo **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012, p. 113-132.

SANT`ANNA, Henrique Modanez de. **História da República romana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Rafael. MILES ET PAGANUS: apontamentos acerca dos efeitos do Exército Romano sobre as populações locais. **Revista Virtual da Humanidade**. n. 11, v. 5, jul./set.2004.

SWAIN, Tania Navarro. História: Construção e limites da memória social. In: FURANI, Pedro Paulo A.; RAGO, Margareth. **Subjetividades Antigas e Modernas**. Ed. Annablume. 2008, p. 29 – 46.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria** (ou um planetário de erros). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WOOLF, Greg. **Roma**: a história de um império. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

ZARDINI, Thiago Brandão. **Paideia e cultura política nas Gálias**: Os panegíricos latinos e as moedas como vetores dos rituais da Basileia (século IV D.C). f.219, 2015. Tese (Doutorado em Letras) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

Artigos Livres.

Recebido em: 30 jan. 2024.

Aprovado em: 19 abr. 2024.

A guerra e o humor: A *Semana Ilustrada* e *Diabo Coxo* e suas representações sobre a Guerra do Paraguai.

War and humor: *Semana Ilustrada* and *Diabo Coxo* and its representations about the War in Paraguay

Nayla Thaynã Soares Alves de Meneses
Mestra em História, Ensinos e Narrativas pela
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Resumo:

A Guerra do Paraguai é contada nas mais variadas formas e fontes. Na linguagem jornalística, entre as variadas formas de linguagens, que se centram na referencial, jornalística e narrativa, temos uma que desponta entre os estudos sobre a imprensa neste período: a linguagem satírica. Tendo como pano de fundo a Guerra do Paraguai, que começa entre o fim de 1864 e início de 1865 e se estende até 1870, analisaremos dois periódicos ilustrados. O objetivo é analisar a abordagem sobre o conflito e suas variadas faces pelos dois periódicos: *Semana Ilustrada* e o *Diabo Coxo*, que foram veiculados no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, e são os primeiros periódicos ilustrados brasileiros, como também suas análises sobre o conflito e suas variadas faces.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Imprensa; Periódicos.

45

Abstract:

The Paraguayan War is told in the most varied forms and sources. In journalistic language, among the varied forms of language, which focus on referential, journalistic and narrative, we have one that stands out among studies on the press in this period: satirical language. Against the backdrop of the Paraguayan War, which began between the end of 1864 and the beginning of 1865 and lasted until 1870, we will analyze two illustrated periodicals. The objective is to analyze the approach to the conflict and its varied faces by the two periodicals: *Semana Ilustrada* and *Diabo Coxo*, which were published in Rio de Janeiro and São Paulo, respectively, and are the first Brazilian illustrated periodicals, as well as their analyzes of the conflict and its various faces.

Keywords: Paraguay War; Press; Periodicals.

Introdução

O presente artigo pretende analisar dois periódicos ilustrados brasileiros: *Semana Ilustrada* (1861-1875) e *Diabo Coxo* (1864-1865), discutindo as suas abordagens e percepções sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870), na condição de espectadores (satíricos) do conflito.

A década de 1860 trouxe inovações à sociedade brasileira. A imprensa se profissionalizou, passando a representar um papel importante na construção do debate público e da formação cultural, assim como na formação de uma opinião pública pautada na crítica e reflexão sobre a realidade. No caso da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), forneceu bases para esclarecimento e construção da consciência pública e política do leitor, por meio da publicação de textos de

naturezas informativa, descritiva, crônica e satírica, no propósito de expor e explicar os motivos do conflito. No desenrolar da guerra, a imprensa torna-se necessária e relevante, e, claro, irreverente, na forma como trata os eventos históricos da época, contribuindo para atualizações da situação da guerra. Fala-se do caráter essencial da imprensa quanto às interpretações sobre as causas que levaram os países da América do Sul a se enfrentarem – Brasil, Argentina e Uruguai (Tríplice Aliança) contra o país vizinho, o Paraguai (ARAÚJO, 2014; 2021).

A guerra ocorria fora do Império e de outras províncias brasileiras, que mesmo distantes dos acontecimentos, recebiam dos principais jornais nacionais e internacionais as notícias do conflito, que durou seis anos. E no que tange à imprensa brasileira, sua trajetória registra marcos históricos importantes do final do século XIX, noticiando os principais eventos como a chegada da família Real para o Brasil (13 de maio de 1808), criação da Imprensa Régia (em mesma data), a independência do Brasil (7 de setembro de 1822) e passando pelos conflitos e disputas políticas regionais, pelo surgimento das novas tecnologias advindas da Revolução Industrial e conquistas econômicas e desenvolvimento social e cultural. A informação passeava pelos jornais, sendo a única forma de comunicação em massa para atualizar o público e construir um debate ideológico, poético, político, social e cultural sobre as atualidades (RODRIGUES, et al., 2021; MATOS; ARAÚJO, 2021).

46

A chegada da imprensa em terras tupiniquins também representou uma dicotomia, pois:

A imprensa chega como um avanço, mas se torna basicamente uma marionete de D. João VI. Os periódicos criados de início em sua maioria são áulicos, periódicos que só produzem conteúdo que favoreça a imagem e as atitudes do monarca. A censura é mantida a ferro e fogo, o monarca combate as ideias contrárias de várias formas, da proibição dos periódicos até a violência. Vamos ter alguns exemplos de periódicos que são contra a Coroa, por exemplo o *Correio Brasiliense*, um dos primeiros periódicos a gerar alarde em D. João VI. (CARVALHO JÚNIOR, 2019, pp. 18, 19)

Ao longo da história da imprensa brasileira, podemos perceber uma valorização das ilustrações e o consequente consumo que sustentou uma identidade visual sólida e única, constante e progressivamente diferente da imprensa europeia e norte-americana, que também se desenvolviam na época. A litografia tornou-se a tecnologia mais utilizada e acessível para realizar tais ilustrações, até porque chegou sem atrasos ao Rio de Janeiro.

O empenho dos jornais do final do século XIX era trazer para o público em geral os eventos da Guerra do Paraguai e isso ocorria por vários meios, como, por exemplo, pelos textos

jornalísticos de gênero charge. Nesse contexto, a charge se torna mais comum e usual em jornais, regradas em quadros únicos. Nesses quadros podemos encontrar personagens, lugares, objetos e situações comuns do cotidiano, acompanhadas de legendas. São um traço importante as conexões linguísticas e visuais no conteúdo chargístico, sem as quais seria quase impossível o entendimento visual. Como as crônicas, as charges também são representações e narrativas de um cotidiano específico da história nacional, e por cotidiano entende-se uma dimensão de tempo e espaço da realidade em que são realizadas ações humanas das mais diversas especificidades, que revelam, escancaram ideologias e hierarquias (MOTA; ALMEIDA, 2016).

Luiz Guilherme Sodré Teixeira (2001) nos explica que uma característica comum aos chargistas dessa época é a composição formalista e a fidelidade às características físicas dos personagens (observada principalmente na reprodução de militares “dignos de mérito” e reconhecidos por alguma “bravura” em combate). Tinha-se, assim, uma preocupação em torná-los idênticos aos homenageados, criando personagens e cenas dignas de realismo, afastando-se a fantasia e o delírio, que não se encontravam incluídos na significação de realidade.

47

O autor ressalta ainda que a charge, nessa época, serve de “suporte” para o texto que a acompanha, ilustrando o que seus redatores estão elogiando, contando ou satirizando. Isso se deve ao fato de a cultura cartesiana do século XIX ainda não ter a noção exata das potencialidades da imagem, que não era tão valorizada como tal e sim como referência a um discurso.

Como os jornais diários raramente usavam imagens (dado o imediatismo das edições e notícias), as revistas ilustradas eram os periódicos que mais utilizavam o recurso no período em foco. Como eram vendidas corriqueiramente aos domingos, as revistas não incorporavam o rígido modelo diário dos jornais, marcado pelo imediatismo da notícia e pela necessidade de velocidade na produção. E as criações e produções de charges/ilustrações demandavam tempo e um processo de impressão diferente do habitual, o que impossibilitava a sua produção diária.

O que se pode entender por Charge? A charge pode ser entendida como:

[...] uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma idéia, portanto de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. [...] A charge deve ser reconhecida como uma espécie de “editorial gráfico (MIANI, 2005, p. 25)

Desde o século XX verifica-se o alargamento e a inserção de novos conceitos sobre fontes históricas e suas utilizações. A charge, que faz parte do rico campo imagético, traz consigo uma intencionalidade de expor fatos, acontecimentos e ideias de acordo com o que o autor de tal imagem pensa e defende. Logo, as charges podem ser consideradas um texto iconográfico, pois carregam consigo a intencionalidade de levar a reflexão e acrítica, a comunicação e a construção de uma representação. Assim, além de terem a intenção de divertir o leitor, também podem ser entendidas como a representação do seu tempo e espaço histórico.

A charge chega ao Brasil pelo seu nome em francês que significa “carregar”, porém não há uma certeza sobre onde verdadeiramente nasce, se na França do século XVII ou na Inglaterra do século XVIII. Porém, será nesse último país que se localizará o “pai da caricatura política”, o britânico James Gillray (1756-1815), que se consagra como o seu maior nome, com sátiras famosas até a atualidade.

O processo de desenvolvimento das charges nesses países foi distinto. Francesa ou britânica de origem sabe-se que as charges já estavam em utilização na rivalidade franco-britânica durante o reinado de Napoleão Bonaparte (1769-1821), aliando-se no território francês ao Estado, publicando frequentemente charges que satirizavam o rei britânico e seus súditos. Já na Inglaterra, a crítica envolvia os dois beligerantes: Napoleão e o Rei George III (imagem 1). Até o início dos anos 1830 a charge já estava consolidada na imprensa francesa e britânica, tendo nomes como *Le Magasin pittoresque* (França, 1833-1938) e *Punch* (Inglaterra, 1841-2002).

48



Imagem 1 – “O Pudim de Prumo em Perigo”, James Gillray (1805)

Fonte: www.loc.gov/pictures/item/2001695072. Acesso em: 20 jun. 2023.

Antes de termos o primeiro periódico humorístico publicado em solo tupiniquim, a charge já se encontrava à venda avulsamente pelas ruas do Rio de Janeiro, São Paulo e até Recife. A primeira charge publicada no Brasil é de autoria de Manoel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, no ano de 1837. Anteriormente, o Barão de Santo Ângelo fora estudante de Jean Baptiste Debret na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e viajou com ele para Paris para concluir seus estudos na *École des Beaux-Arts* da capital francesa.

Em sua volta ao país, Porto Alegre fundará o primeiro periódico ilustrado publicado regularmente no país, na capital do Império. Sob o nome de *A Lanterna Mágica* (1844-1849), tal periódico tinha como enfoque as discussões sobre polêmicas sociais e políticas, letras e artes plásticas e sua inovação se marca em “unificar” as charges (que antes eram vendidas ao avulso) e os textos jornalísticos em um só local (PARNAIBA E GOBBI, 2014).

Os 17 anos que separam, respectivamente, *A Lanterna Mágica* e a *Semana Ilustrada*, permitiram um avanço técnico considerável da imprensa brasileira e, uma vez que a Guerra do Paraguai foi um conflito que desencadeou uma ampla mobilização sobre o território brasileiro, a imprensa trabalhará paralelamente para criar uma atmosfera nacionalista e com ideia de unidade nacional contra um inimigo em comum: o Paraguai de Solano López. Assim, a propaganda de guerra se mostrará eficaz por trazer discursos, por meio de imagens, para divulgação dos processos da guerra (GIRELLI, 2017).

A representação brasileira na Guerra do Paraguai revelou-se complexa para a consolidação da autonomia comercial do grupo da Tríplice Aliança e pela conduta violenta para dominação econômica do Paraguai. Sobre o conflito, também é possível entender que:

[...] um dos mais trágicos e sangrentos de que o Brasil até hoje participou, eclodiu devido a um conjunto de problemas relativos a jogos de alianças já tradicionais naquela região, e que diziam respeito à política externa paraguaia, dirigida por Solano López, e considerada expansionista pelos adversários. Um dos motivos próximos da guerra, para o Brasil, foi ‘a necessidade de livre acesso ao território brasileiro pelo rio Paraguai, vedado aos nossos barcos por López’ (MENDES E MOREIRA, 2007, p. 24).

Vários são os debates nesse sentido, considerando as contradições sobre as causas da Guerra do Paraguai. A representação da Guerra do Paraguai na imprensa foi bastante significativa para sua legitimação, pois foi responsável por formar “uma comunidade de sentido organizada em torno dos princípios culturais comuns” (PIRES JÚNIOR, 2019, p. 50), isto é, foi responsável por aglutinar e conquistar “mentes e corações favoráveis ao nacionalismo e à ideia de nação”, estimulando o imaginário dos brasileiros no processo que englobava “os conflitos sociais, o papel do Estado e o poder da imprensa”.

A Semana Illustrada e sua viagem pela América Meridional

Henrique Fleiuss, fundador da *Semana Illustrada*, nasceu na cidade de Colônia em 1823, no local em que hoje se compreende como Alemanha, mas à sua época Colônia era uma cidade do Reino da Prússia. Tendo estudado Belas Artes tanto em sua cidade natal como em Düsseldorf, Fleiuss chega à cidade do Rio de Janeiro em 1858, por intermédio de Carl von Martius, do qual era discípulo. Em 1859, já estabelecido na Corte, Fleiuss funda, junto com seu irmão Carlos e o pintor Carlos Linde, um estabelecimento tipográfico. Em 1861 nasce a *Semana Illustrada*.

A “viagem humorística pela América Meridional” da *Semana Illustrada* começa no início de 1861 e se finda em 1875. Tal revista mesclava textos e ilustrações litográficas, com periodicidade semanal e chegava aos seus leitores todos os domingos. Foi considerada a primeira publicação humorística ilustrada da imprensa brasileira (KORACAKIS, 2020). E além de ter Henrique Fleiuss como fundador, teve colaboradores importantes como Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, Flumen Junius e outros (MENDES; MOREIRA, 2007). Mesmo próxima da Coroa, a *Semana Illustrada* era sucesso editorial junto às elites, tornando-se defensora da campanha republicana (BRASIL, 2020).

O conceito de Revista Ilustrada pode ser entendido como:

[...] uma classificação que designa uma série de publicações que tiveram relativo sucesso, principalmente durante o século XIX, em vários países. No Brasil, as revistas ilustradas se concentraram no período de 1860 a 1910, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Eram publicações pequenas, dificilmente superando as 16 páginas, que incluíam textos relativamente curtos – humor, ficção, poesia, crítica literária e teatral, e muitos comentários políticos –, mas dava ênfase às ilustrações, quase sempre humorísticas, de boa qualidade artística, com excelente técnica de produção e impressão para os padrões da época (KORACAKIS, 2009, p. 01).

A “*Semana Illustrada*” seguia o gênero humorístico e crítico, trabalhando por meio de caricaturas os eventos da Guerra do Paraguai e seus personagens. As charges chamavam a atenção dos leitores e os estimulavam a refletir sobre seus sentidos e significados. Ao utilizar este tipo de gênero jornalístico, a revista expunha suas ideias, elevando os debates políticos e fomentando novos conceitos de natureza sociocultural. Assim, a “*Semana Illustrada*”, na edição de 22/01/1865, combinou nacionalismo com exaltação dos heróis da guerra e, ao mesmo tempo, alfinetou os líderes do conflito, como observado na imagem 2:



S. SEBASTIÃO.
GUIANDO O BRASIL CONTRA OS INIMIGOS DA PÁTRIA.
Com passo firme e a mão valente armada
Brasil, guiar-te-hei ao céu da glória.
Tens inimigos? Toma a tua espada,
Dêita-te ao campo e cantarás vitória!

Imagem 2 - *Semana Illustrada*, de 22 de janeiro de 1865

Fonte: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 01 mar. 2021.

A revista tinha como intenção representar:

[...] o Brasil, a alegoria feminina está armada de uma lança e protegida pelo escudo, que contém a bandeira imperial, suas vestes fazem alusão às vestes indígenas, encoraja outros a segui-la para conquistar a vitória. Juntamente com a moça está São Sebastião, com espada em punho e um escudo, a bandeira que está tremulando atrás dele é a proteção para todos que os seguirem ‘Grande Santo, protector Do Império de Santa Cruz’. A colheita de triunfos teus protegidos conduz! Com tua espada inflamanada Afrente dos Brasileiros, sejam eles invencíveis, sejam heróis verdadeiros!’ (GIRELLI, 2017, p. 28)

E por outro lado, a partir da imagem 3, satirizava o adversário de guerra, o Paraguai, onde no exemplar nº 228, de 12/02/1865 faz referência a Solano López como tirano e com postura arrogante diante da guerra travada contra a Tríplice Aliança. Responsabilizava o ditador paraguaio por milhões de mortes, incluindo mulheres e crianças. A impressão da imagem caricaturada era sobre “a arrogância de quem está disposto a ‘reinar um trono de cadáveres’” (GIRELLI, 2017, p. 30) e de quem observava a tragédia sem se preocupar com as consequências, além de evidenciar o Brasil ao fundo como também participante.

52

A imagem 3 traz a seguinte representação:



O TYRANNO DE PARAGUAY.
— Quero representar a lava, destraindo tudo quanto se oppuzer à minha passagem; quero reinar sobre um throne de cadaveres. (A voz de Lopez).
— Não te iludas, despetta fúria. A tua missão de algos o carnibal está expirando. Breve pagarás por tanto todos os horrores e crueldades contadas nestas páginas. (A voz d. D. A. B.)

Imagem 3 – *O Tyrano de Paraguay*
Fonte: *Semana Illustrada*, nº 228, 12/02/1865.

A maioria das campanhas dos jornais e revistas do gênero humorístico e contrários às ações do Império, que buscava elevar os debates políticos para formação de uma República, chamando a atenção do público sobre estes temas, de forma irônica, crítica e reflexiva, associados aos eventos da Guerra do Paraguai, com suas causas e consequências para a América do Sul e, principalmente, para o Brasil (GIRELLI, 2017).

A atuação dos periódicos envolvia, portanto, compreender a totalidade social e histórica e as contradições presentes no discurso em relação aos problemas sociais existentes na época, como a escravidão, discutir a passagem do sistema monárquico para República, os conflitos armados e articulações políticas em termos de poder e dominação (PAULA, 2011). De modo que as revistas ilustradas surgem ao final do século XIX “para a propagação de ideias dos grupos e luta pelo poder político e econômico” (TOLEDO; PAULA, 2021, p. 2).

Outra questão que trouxe problemáticas ao decorrer do conflito foi a participação dos negros, escravos e libertos, na Guerra. É possível entender que: “o alistamento era obrigatório” para composição do Exército brasileiro o que levou aos casos de “resistência por parte dos negros e a adoção de uma nova estratégia por parte do governo”, tal como, “a promessa de liberdade aos escravos após o termino da guerra”, vindo gerar “um significativo aumento no alistamento”. (PEREIRA, 2018, p. 157).

O decreto imperial de Nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criava oficialmente o Corpo de Voluntários da Pátria, tendo Dom Pedro II como seu primeiro voluntário. O decreto fora criado não apenas com a intenção de formar as forças responsáveis por defender o Império do algoz Paraguai, mas também tinha a intenção de atrair, por meio de recompensas, homens que ingressassem nos batalhões de forma voluntária. O decreto valeria em todas as províncias do Império, sem distinção.

Segundo Pereira (2018) e Leite (2021), a presença dos soldados negros, escravos e libertos, na guerra era noticiada de forma irônica também pelo seu adversário paraguaio e vista como vergonhosa para o Brasil, por se tratar de um quantitativo superior aos dos soldados brancos brasileiros. Contraditório, pois, o Brasil não era o único a utilizar essa população nos fronts de

batalha, o Paraguai também o fazia, apesar da chegada do debate da abolição da escravidão entre os acordos internacionais para eliminação da escravidão no mundo – ambos ainda escravagistas.

Sobre as charges inseridas nos periódicos, percebe-se que estas carregam consigo uma intencionalidade política e um dos temas representados sobre esse período é a questão do voluntariado para o conflito. Assim, esse tema se insere na análise da imagem 4:



Imagem 4 – Os Voluntários da Pátria
Fonte: *Semana Illustrada*, nº 219, 19/02/1865.

A Imagem 4 nos traz o furor dos primeiros anos de voluntariado. Em um apanhado geral, analisamos à esquerda mulheres e homens chorando, abraçando seus familiares que estão a partir para os navios (ao fundo) que os levariam até o front de batalha. À direita, vemos homens abraçados, levantando os chapéus em forma de cumprimento, carregando suas armas, mochilas e trouxas de roupas.

O voluntariado traz um fervor à população brasileira, que foi afluída pelos incentivos do decreto imperial n. 3.371. Na imagem, se vê a representação de pessoas chorando e se abraçando ao se despedir de seus familiares, ao fundo, encaminhando-se para as embarcações, vemos homens ao se abraçarem (em sinal de fraternidade/companheirismo), felizes ao se despedirem. Representa-se, nesta charge, a união de familiares, amigos e combatentes em torno de um propósito: restaurar a honra brasileira.

A charge não é um veículo neutro, logo, mesmo que implicitamente, ela ilustra a colocação/interpretação de seu desenhista. Com as charges e caricaturas analisadas não será

diferente, elas carregaram as noções, por vezes políticas, de seus desenhistas. Henrique Fleiuss, amigo próximo da Corte, embora discreto, pode ser entendido como um conservador, uma vez que era contra os republicanos e liberais, pois: “O periódico possuía a mesma atitude [de criticar] em relação a todas as formas que visavam contestar os valores políticos estabelecidos [...]”. (LOPES, 2008, p. 2).

Segundo Lopes, havia um “certo cuidado do caricaturista ao abordar a Família Imperial embora não significasse que críticas a determinados setores da vida política do Império fossem realizadas no periódico” (LOPES, 2010, p. 112-113). Logo, podemos imaginar que as charges desenhadas por Fleiuss se caracterizavam como pró-monárquicas e conservadoras, tais quais as outras que compõem o seu periódico ilustrado.

Além dos negros escravizados, a Guerra do Paraguai teve a participação de estrangeiros e jovens brasileiros em geral, oriundos ou não dos cargos públicos dentro do exército. Em geral, todos foram chamados para a guerra, acendendo neles os sentimentos de “camaradagem” e de civismo. Combater na guerra era visto como dever à pátria que os estabelecia e alimentava (NEUMANN, 2016).

55



Imagem 5 - Negociante alforria seu escravo para a Guerra

Fonte: *Semana Illustrada*, nº 309, 11/11/1866.

Na imagem 5, publicada na edição de nº 309 da *Semana Illustrada*, vemos dois homens, um com roupas formais, à direita, retirando a algema de seu escravo, o homem de roupas brancas à esquerda, e dando-lhe uma lança. Ao final, na direita, podemos ver a estátua de uma figura feminina a segurar um escudo com o nome “Liberdade”; mais no fundo, à esquerda, uma mochila pronta para uma possível partida. A legenda da imagem é a seguinte “[...] e o Sr. José Luiz Alves, negociante de grosso trato nesta praça, compreendeu perfeitamente o axioma de Condé, comprando e libertando um escravo, oferecendo-o para marchar para o teatro da guerra, pagou-lhe adiantado um ano de fardamento, soldo e etapa. Assim, praticou ele um ato de patriotismo, diminuiu o número dos escravos e aumentou dos soldados. Parabéns ao honrado fluminense, honra a ele e a todos os que seguem tão nobre exemplo!”

A ideia do governo imperial era incentivar a libertação dos escravos como forma de empenho patriótico e não nos surpreende que Fleiuss, amigo do Imperador e apoiador da monarquia, tenha desenhado suas charges para fazer menção a tal condição, que mostrava a situação “desesperadora” que o Império vivia com o prolongamento do conflito e a queda no recrutamento. Tal atitude representou para os proprietários um bom negócio, pois os esquivaria de participar do conflito e também alguns poderiam conseguir um título de nobreza.

Henrique Fleiuss se torna pioneiro com a *Semana Illustrada*, pois irá manter uma longevidade em uma época em que os jornais ilustrados eram breves e pequenos, com poucos durando mais de um ano. Assim, o advento da *Semana Illustrada* trará um modelo para os próximos periódicos lançados a seguir, como o *Diabo Coxo*.

A fidelidade de Fleiuss ao imperador é constante. Vemos em suas edições as frequentes sátiras a Solano López e a sua armada. A *Semana Illustrada* cobre o conflito no Paraguai em sua totalidade, criticando os considerados inimigos da pátria, fazendo campanha ao voluntariado e à vontade “patriótica” dos brasileiros ante o conflito. Propagandeava o conflito e mostrava-se temerosa (ou conservadora) em mostrar a real situação em que se encontravam o Exército e a Marinha Imperial, sucateados por parte do governo imperial, que se viu obrigado a modernizá-los e torná-los instituições atuantes no calor do conflito, tudo aliado ao descaso com o inválidos de guerra, que foram abandonados à própria sorte.

A *Semana Illustrada* findará suas publicações em 1875. Fleiuss ainda chegou a se dedicar a outros projetos: *Ilustração Brasileira* (1876-1878) e a *Nova Semana Illustrada* (1880), porém nenhuma alcançou o sucesso da *Semana Illustrada*. Henrique Fleiuss morreu em 1882 na cidade do Rio de Janeiro.

O Diabo Coxo

Estrangeiro, tal como Henrique Fleiuss, Ângelo Agostini, fundador do *Diabo Coxo*, nasceu em Vercelli, Piemonte, na Itália, que era então formada por vários estados fragmentados e independentes. Chega ao Brasil em 1859, estabelecendo-se em São Paulo, tendo antes morado em Paris. Em 1864 funda, junto a Luís Gonçalves Pinto da Gama e Sizenando Barreto Nabuco de Araújo o periódico ilustrado *Diabo Coxo*, que durou pouco tempo (1864-1865).

A cultura impressa de São Paulo era atípica e descontínua, resultado do que os pesquisadores Danilo Aparecido Champan Rocha e Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (2018) acreditam ser o reflexo da economia paulista concentrada na subsistência. Assim, a chegada do *Diabo Coxo* traz uma inovação a esta província: é o primeiro periódico paulista a combinar a linguagem e as imagens em suas publicações. Em suas páginas, tinham-se o predomínio de pautas como os eventos políticos, sociais, culturais, econômicos e religiosos do cotidiano paulista oitocentista.

Sobre a importância do *Diabo Coxo* para a imprensa paulista, ressalta os pesquisadores Danilo Aparecido Champan e Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (2020, p. 352) que:

A fundação em São Paulo do *Diabo Coxo* significou um marco para a imprensa paulista. Seminário (sic) domingueiro, as folhas humorísticas incorporavam novos assuntos, de caráter cultural e cotidiano, voltados para as demandas da elite intelectual no Brasil, público cada vez mais preocupado com as pautas referentes às atualidades e às variedades. Textos sobre a moda, a arte, os costumes e o humor, conteúdos até então desprezados pela imprensa local paulistana, foram discutidos pelo hebdomadário de forma satírica como uma crítica àquilo que os redatores consideravam um empecilho para a modernização da sociedade.

Como já relatado, o *Diabo Coxo* tinha como modelo a *Semana Illustrada*. O periódico possuía oito páginas e era dividido em quatro páginas reservadas aos textos e quatro páginas reservadas às ilustrações. As ilustrações e os textos jornalísticos eram impressos em locais diferentes: ilustrações eram impressas na Typographia e Lithographia Allemã de H. Schroder e as

páginas textuais na Typographia Imparcial de Marques & Irmão, localizadas na cidade de São Paulo.

Nem só de elogios era visto o voluntariado para a guerra. Ângelo Agostini, com seu primeiro jornal ilustrado (que foi também o primeiro jornal ilustrado da província de São Paulo) O *Diabo Coxo*, nos mostra o quão “involuntário” já estava se tornando o alistamento para a Guerra do Paraguai. O que torna Agostini livre para poder criticar a quem lhe interessasse era a inexistência de laços com grupos sociais e políticos, embora mais adiante se mostrasse um adepto do Partido Liberal. Agostini sentia-se livre para criticar os mais variados grupos sociais e políticos da província de São Paulo e, posteriormente, da Corte. Entretanto, cabe ressaltar que Agostini também ilustrava e ressaltava o patriotismo em alta durante os primeiros anos do conflito, como vemos na Imagem 6.

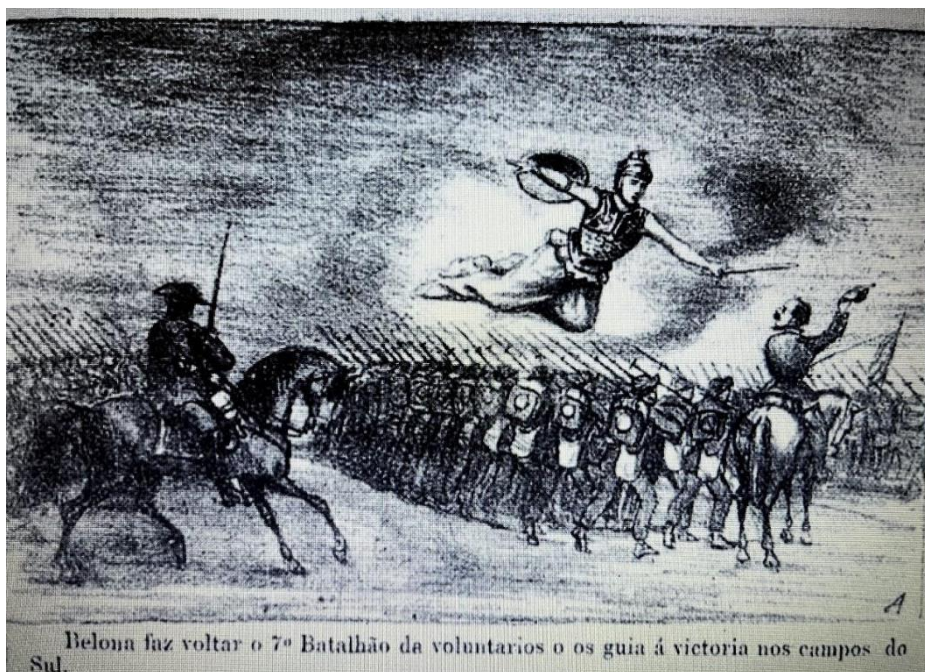


Imagem 6 – “Belona faz voltar o 7º Batalhão de voluntários o os guia a vitória nos campos do Sul.”

Fonte: *Diabo Coxo*, nº 2, 30/07/1865.

A imagem 6 traz o 7º Batalhão de Voluntários da Pátria sendo guiado por Belona, deusa da Guerra na Mitologia Romana, anterior ao sincretismo romano com a Mitologia Helênica. Agostini, embora se detenha em criticar por muitas vezes o (in)voluntariado militar do conflito,

também debaterá sobre os ideais patrióticos brasileiros, uma vez que o país fora invadido por um tirano, Solano López, e há um sentimento de pátria lesada. Assim, é possível pensar um ideal não só de irmandade, mas também de patriotismo, onde soldados possuem o destino de libertar não só os locais que foram invadidos e capturados pelos paraguaios, como também o próprio Paraguai das mãos de seu tirano.

Sobre o voluntariado, Agostini será pertinente, claro e objetivo, o que nos permite entender sem maiores problemas qual a sua posição diante da situação. Assim, analisaremos as *imagens* 7, 8 e 9 que, respectivamente, expõem a noção que Agostini tinha sobre o voluntarismo na cidade de São Paulo e sua própria noção sobre os soldados que compunham a fileira da Guarda Nacional.

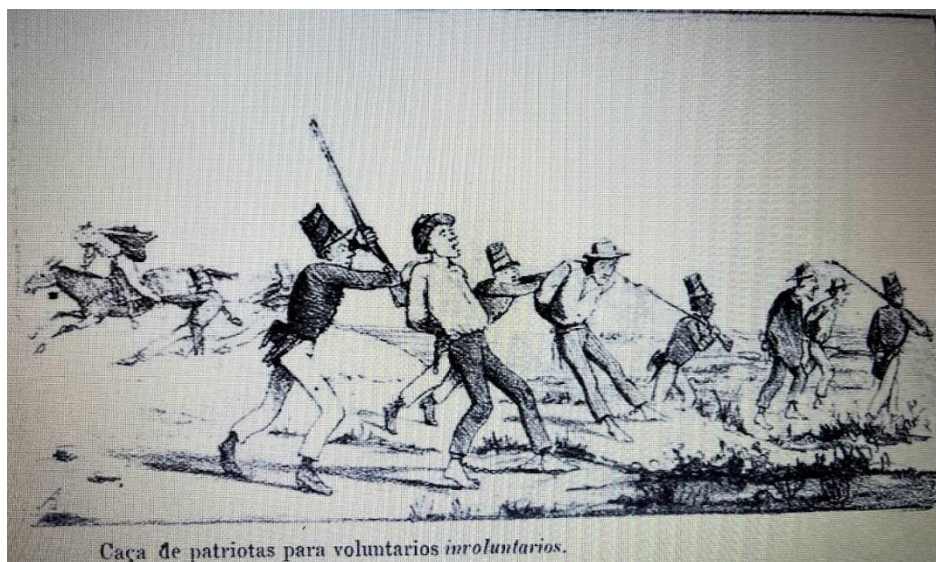


Imagem 7 - Caça de patriotas para voluntários involuntários
Fonte: *Diabo Coxo*, nº 6, 16/08/1865

A Imagem 7 traz as primeiras “denúncias” de Agostini ao voluntarismo forçado para o conflito. Já no título, pode-se observar o trocadilho de palavras com “*Caça de patriotas para voluntários involuntários*”; podemos também observar, à esquerda, um homem fugindo sobre um cavalo e o ambiente nos revela o campo, afastado dos grandes centros urbanos. Vemos soldados do exército levando à força (algo que se confirma ao analisarmos os pés tensionados no chão) homens do campo, que se caracterizam por roupas informais, chapéus de palha e pés descalços. Sobre as condições de ocorrência dos recrutamentos (na província de São Paulo), Marcelo Balaban observa, em duas passagens, que “chamar de voluntários recrutas ilegalmente capturados colocava

em questão a forma como estava sendo feito o recrutamento na província de São Paulo” (BALABAN, 2009, p. 233).

Noutro trecho:

Os muitos desenhos sobre a guerra publicados na imprensa ilustrada, especialmente os focados no recrutamento forçado, são reveladores desse processo. Não foram poucas as imagens que tematizaram a questão. A sua recorrência, inclusive, chama a atenção, já apontando para a centralidade do tema naquela sociedade, em especial no contexto da guerra (BALABAN, 2009, p. 230).

Muitas charges publicadas na imprensa brasileira tinham como pauta o recrutamento para o conflito, que, devido à baixa adesão, estava se tornando forçado. Essa ilegalidade era denunciada não só nas ruas, como também na imprensa. Tal prática convergia entre os interesses privados, quando as garantias individuais, ou seja, a opção de não ir para o *front*, se encontravam desrespeitadas, e a causa nacional, ou seja, a proteção e defesa da honra nacional, encontrava-se urgente e com baixa adesão. O clima era, portanto, tenso, entre o interesse público e o Império (BALABAN, 2009).

60

Discorrendo mais sobre o processo do voluntariado, era prometido que, além de soldo (de 300 réis a diária), os soldados receberiam mais 300 mil réis ao fim da guerra ou em sua baixa. Também teriam oportunidades de serem alocados no serviço público, direito a pensões, ou, caso fossem feridos em combate, a uma parte do soldo. Por fim, o decreto também prometia terras em colônias agrícolas ou militares (SILVA, 2016).

Tais ações atraíram inicialmente muitos brasileiros. Porém, houve grande resistência por parte da elite da Guarda Nacional (oficiais de altas patentes como Coronéis e Capitães), que não pretendiam ir à guerra, preferindo serem “substituídos” pelos seus escravos, que eram encaminhados para o combate no lugar de seus filhos ou de si próprio. Também, diante da duração de mais de dois anos de uma guerra que havia sido projetada para durar menos de um ano, o voluntariado caiu. Assim, a euforia que ocorreu no início da guerra dava espaço à descrença no recrutamento, e no momento mais crítico do conflito, quando havia a necessidade de mais homens para evitar o avanço dos paraguaios e para marchar rumo ao território do inimigo.

Na imagem nº 8, publicada na última edição do *Diabo Coxo*, analisamos os trocadilhos entre “liberdade”, “escravidão” e “barbárie”:



Imagem 8- Bárbaros paraguaios! Aqui vos trago uma coorte de voluntários para libertar-vos.

Fonte: *Diabo Coxo*, nº 12, 31/12/1865

Na Imagem 8, temos à esquerda o território compreendido como o Paraguai, ao meio a fronteira que divide o Paraguai e o Império, e à direita, vemos um oficial brasileiro mostrando aos “bárbaros paraguaios” os seus “libertadores”, acorrentados pelas mãos e pescoço; mais ao fundo, ainda na direita, identificamos um soldado batendo em um escravo. A ironia nessa charge é a interpretação sobre o que é liberdade e barbarismo, uma vez que o Império do Brasil, que continuava a ter sua economia baseada na mão de obra escrava, incorpora ao seu espírito de batalha a libertação do Paraguai, dominado por bárbaros. Essa charge então evidencia as realidades do Brasil e Paraguai à época, em que os mesmos negros que eram escravos, colocados à margem da sociedade, ingressariam nos pelotões dos voluntários, tendo como intuito liberar não só seu país, como também o Paraguai, da barbárie e infâmia trazida por Solano Lopez.

61



Imagem 9- Vista interior de uma barraca de oficial no acampamento de Água Branca
Fonte: *Diabo Coxo*, nº 2, 30/07/1865.

62

A crítica da imagem 9 se centra nas “delícias” que existiam nas barracas dos oficiais do exército brasileiro. Encontramos numa dela três oficiais e duas mulheres, sendo perceptível à esquerda um casal se beijando, ao meio a segunda mulher segura um copo e, abaixo dela, outro oficial se encontra deitado, também portando o copo na mão esquerda e uma garrafa de álcool na mão direita; por último, na direita, percebe-se um terceiro oficial, aparentemente bêbado, descalço e mal vestido, tentando abrir uma garrafa. Essa cena acaba por se tornar comprometedora para a imagem íntegra do exército imperial, mas era comum no dia a dia das campanhas, em que temos registros de mulheres que acompanhavam as militares como cortesãs.

Serão essas críticas, não só ao voluntariado e à armada, mas à conservadora sociedade paulista oitocentista que comprometerão a vida do *Diabo Coxo*. O periódico encerra sua passagem pela imprensa paulista em 31 de dezembro de 1865, após a edição de número 12, na Segunda Série do jornal, totalizando 24 números produzidos. Sobre isso, pode-se entender que:

As críticas e as denúncias do Diabo Coxo sobre as arbitrariedades e os desmandos cometidos pelas autoridades locais no recrutamento para preservarem os seus interesses provocaram um alvoroço na pequena capital paulista. A pressão política e as represálias comprometeram as finanças da revista [...]” (PELLEGRINI; ROCHA; 2018, p. 95; 96).

Mas o fim de o *Diabo Coxo* não representa o fim da carreira de Ângelo Agostini, pelo contrário. Agostini ainda fundará na capital paulista o periódico ilustrado *O Cabrião*, que também contará com uma vida efêmera, durando de 1866 a 1867. Posteriormente se mudará para a capital do Império, o Rio de Janeiro, onde fundará a *Vida Fluminense*, seu jornal de maior sucesso e vida longa, sendo publicado de 1868 a 1875.

Sem dúvidas, o *Diabo Coxo* representa um pioneirismo na imprensa paulista, pois utiliza novos recursos (caricaturas, ilustrações) que até então eram desconhecidos para o público. Até então, nenhum periódico paulista havia inserido ilustrações combinadas aos textos jornalísticos. À sua época, lhe era páreo apenas a *Semana Illustrada*, fundada dois anos antes na província do Rio de Janeiro.

Considerações finais

Analizamos dois periódicos importantes e interessantes a época da Guerra do Paraguai, cujo se torna perceptível que tais noções fazem parte de uma propaganda realizada pela imprensa, principalmente a de cunho monárquico como Fleiuss e a *Semana Illustrada*. Elas propagavam o conflito e mostravam-se temerosas (ou conservadoras) em apontar a real situação que se encontravam o Exército e a Marinha Imperial, sucateados por parte do governo imperial, que se viu obrigado a modernizá-los e torná-los instituições atuantes no calor do conflito, aliando-se ao descaso com o inválidos, que foram abandonados a sua própria sorte. Poucos foram os autores/redatores/editores/ilustradores à época que criticaram o conflito, mostrando que o teatro de guerra era na verdade um teatro de horror, sangue e violência, como foi no caso de Ângelo Agostini e as poucas edições de *Diabo Coxo*.

Pode-se perceber o empenho dos jornais em criar uma euforia nos cidadãos provinciais em três frentes. A primeira, empenhando-se em trazer semanalmente as notícias sobre conflitos ocorridos em outros países, com o governo brasileiro atuando em prol de sua segurança, já ambientando uma possível guerra. Em segundo, quando já declarada a guerra, procura-se mostrar o Brasil como vítima de uma guerra, sendo um país invadido e agredido que precisaria recuperar seus territórios invadidos e sua honra atingida, convocando os nobres cidadãos patrióticos ao maior confronto nacional: o de honrar e proteger seu país. Em terceiro, mostrar corriqueiramente

voluntários já dispostos a entrar no front de batalha, mostrando sua coragem e comprometimento para com a pátria. Dentro desse contexto, também poderá ser ressaltado o empenho em destruir a imagem do presidente paraguaio Solano López, criticando sua conduta por ter entrado em guerra com países que “promoviam a paz”, sendo retratado frequentemente como um ditador louco (ARAÚJO, 2021; GABRIEL, 2019).

Por fim, é notável que imprensa ilustrada brasileira foi importante ao difundir o patriotismo, pois, além de engajar os homens, também buscava chegar em toda a população, em um processo de simultaneidade nacional. Ou seja, a imprensa terá o poder de homogeneizar a população (no que diz respeito ao acesso simultâneo às mesmas informações) em torno de uma ideia/ideal. Para tanto, enfatizava atos em batalha, que embora considerados “comuns”, eram reproduzidos como verdadeiros feitos heroicos e cruciais para uma vitória. Entretanto, nem só de elogios e engajamento ao conflito vivia esta imprensa, que também criticava a guerra por seu arrastar, dando ênfase a discussões e momentos que posteriormente viriam a ser analisados e pesquisados a fundo pela historiografia do conflito.

64

Referências

Fontes

Revistas e Jornais ilustrados

AGOSTINI, Angelo. *O Diabo Coxo*. São Paulo: EDUSP, 2005 (Edição fac-similar).

SEMANA ILLUSTRADA. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pasta=ano%20186&pesq=>. Acesso em 19 Maio 2023.

Bibliografia

ARAÚJO, Johny Santana de. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da Guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, v. 33, p. 360-83. 2014. ISSN 2179 8869. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/9110/6416>. Acesso em 12 Maio 2023.

ARAÚJO, Johny Santana de. O jornal Publicador Maranhense e a construção da Guerra do Paraguai 1865-1868. **Revista Outros Tempos**, v. 18, n. 32, p. 278-97, 2021. Disponível em:

https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/858/910. Acesso em 12 Maio 2023.

BALABAN, Marcelo. “Voluntários involuntários”: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. **Revista Mundos do trabalho**, 2009, 1.2: 221-256. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/19849222.2009v1n2p221/11102>>. Acesso em 12 Maio 2023.

CARVALHO JUNIOR, Cleudon Paulo. **Imaginários da guerra grande**: representações da Guerra do Paraguai nas ilustrações da revista carioca *Semana Ilustrada* (1865-1870). Relatório de Iniciação Científica (Doutorado). Brasília: UniCEUB, 2019. Disponível em: <<https://www.gti.uniceub.br/pic/article/view/6352/4371>>. Acesso em 3 Dez 2023.

FONSECA, Letícia Pedruzzi; A publicação periódica ilustrada brasileira no século XIX p. 424-436. In: **Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2]**. São Paulo: Blucher, 2016. . Disponível em: <efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/ped2016/0037.pdf>. Acesso em 3 Dez 2023.

GIRELLI, P. **A Guerra do Paraguai nas charges e caricaturas da semana ilustrada de 1865**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Erechim: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.

Gabriel, M. A. (2019). “Lembranças da Guerra do Paraguai” na obra de Pedro Nava. **Revista Territórios E Fronteiras**, 12(2). Disponível em: <<https://doi.org/10.22228/rtf.v12i2.967>>. Acesso em 14 Jan 2024.

KORACAKIS, T. **Machado de Assis, colaborador da Semana Ilustrada (1860-1875)**. 2009. [recurso online]. Disponível em: http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

LEITE, Gisele. Genocídio latino, a guerra do Paraguai. **Journal Jurid**, 02 de Dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/historiografia1-da-guerra-do-paraguai-muitas-versoes>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **A república e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano. Rio de Janeiro, 1868-1903**. 423 f. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MATOS, Marcos Fábio Belo; ARAÚJO, Roni César Andrade. Imprensa no Maranhão: trajetória bicentenária. **Revista Outros Tempos**, v. 18, n. 32, p. 169-75, 2021. Disponível em <https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/855/905>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MENDES, A.; MOREIRA, W. Semana ilustrada: história de uma inovação editorial. **Cadernos da Comunicação – Série Memória. Rio** de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007. Disponível em < <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101427/memoria19.pdf> >. Acesso em 2 Jan 2024.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.

NEUMANN, Gerson Roberto. A Guerra do Paraguai na imprensa e na literatura de língua alemã publicada no Brasil. **Revista Nau Literária**, Porto Alegre, UFRGS, v. 12, n. 02, p. 69-83. 2016. Disponível em < <https://doi.org/10.22456/1981-4526.76273> >. Acesso 10 Jan 2024.

PAULA, Edgley Pereira. A Imprensa vai à Guerra do Paraguai. O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX. **Albuquerque: revista de história**, v. 3, n. 6, 2011. Disponível em < <https://doi.org/10.46401/ajh.2011.v3.3987> >. Acesso 10 Jan 2024.

PEREIRA, Bruno C. As “Guerras do Paraguai”: uma breve revisão das análises da grande guerra a partir das perspectivas historiográficas do último quartel do século XX. **Revista ARS Histórica**, n. 17, p. 150-61, jul./dez. 2018. Disponível em < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46625> >. Acesso 10 Jan 2024.

66

PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. **Imagens da guerra: imprensa, nacionalismo e formação do estudo brasileiro na Guerra do Paraguai**. Tese (Pós-Graduação em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

PELEGRIINI, Sandra de Cássia Araújo; ROCHA, Danilo Aparecido Champan. As narrativas visuais sobre a Guerra do Paraguai no Diabo Coxo. **Navigator**, v. 14, n. 27, p. 87-98, 2018. Disponível em < <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/653/646> >. Acesso 10 Jan 2024.

QUEIRÓZ, Silvânia de. **De volta às trincheiras: o revisionismo histórico paraguaio e a Guerra contra a Tríplice Aliança (1870-1930)**. 2018. 230 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2018.

ROCHA, Danilo Aparecido Champan; PELEGRIINI, Sandra de Cássia Araújo. O Diabo Coxo e a fundação da imprensa ilustrada em São Paulo. **Dimensões**, n. 45, p. 342-370, 2020. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/21065/22878> >. Acesso 10 Jan 2024.

SALLES, R.; ARRAES, V. **Documentos históricos – Diários do tenente-coronel Albuquerque Bello**. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do

Paraguai. Volume CXII. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

SILVA, Denise Moraes Gouveia da. **Compram-se soldados!** Os libertos da província da Bahia na Guerra do Paraguai. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TOLEDO, C. de A. A.; PAULA, F. de C. G. de. Caricaturas da revista ilustrada. **Cadernos de História da Educação**, v. 20, n. 1-12, e020, 2021. Disponível em < <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-20> >. Acesso 10 Jan 2024.

Artigos Livres

Recebido em: 26 jan. 2024.

Aprovado em: 16 abr. 2024.

PRIMEIROS PASSOS

O futebol nos tempos do Condor: ditadura militar, cinema e o futebol brasileiro (1964-1985)

Football in Condor times: military dictatorship, cinema and Brazilian football (1964-1985)

Maria Fernanda Martinez Alves

Graduanda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Cássio Alan Abreu Albernaz

Doutor em História

Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo

Este artigo investiga a memória histórica a partir da apropriação do futebol como um projeto da ditadura militar brasileira (1964-1985) para propagandear ideologicamente o regime, por meio de fontes do audiovisual e da historiografia. Para tanto, foi analisada a minissérie *Memórias do Chumbo: o futebol nos tempos do Condor* (2012), ressaltando o episódio 4, sobre o Brasil. Nesse sentido, a metodologia é embasada no que concerne a relação entre Cinema, História e Cultura e consiste em explorar a memória histórica reproduzida no documentário contrastando com a historiografia consolidada sobre o tema. Logo, percebe-se como o regime militar utilizou o futebol como mecanismo de propaganda, a fim de controlar a paixão dos brasileiros pelo esporte, mostrando também, em contrapartida, o uso do esporte como mecanismo de resistência dentro e fora dos campos.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Futebol Brasileiro; Memórias do Chumbo.

Abstract

This article investigates the historical memory from the appropriation of football as a project of the Brazilian military dictatorship (1964-1985) to ideologically propagandize the regime, through audiovisual and historiography sources. To this end, the miniseries *Memories of Lead: Soccer in the Times of the Condor* (2012) was analyzed, highlighting episode 4, about Brazil. In this regard, the methodology is based on the intersection between Cinema, History and Culture and consists of exploring the historical memory reproduced in the documentary contrasting with the consolidated historiography on the topic. Therefore, it is clear how the military regime used football as a propaganda mechanism, in order to control Brazilians' passion for sport, also showing, on the other hand, the use of sport as a resistance mechanism on and off the field.

Keywords: Military Dictatorship; Brazilian Football; Memories of Lead.

Introdução

A apropriação do futebol ocorreu como um projeto da ditadura militar no Brasil para propagandear ideologicamente a favor do regime durante os períodos de 1964 a 1985. Essa é a memória histórica (re)construída no documentário *Memórias do Chumbo: o futebol nos tempos do Condor* (2012), durante o episódio 4 sobre o Brasil. A minissérie trata-se de um trabalho audiovisual que detalha as relações entre o futebol e a ditadura na Argentina, Chile, Uruguai e Brasil; foi lançada no ano de 2012, com reportagem, roteiro e produção de Lúcio de Castro, e distribuída pela ESPN. Em complementação e contraste, é importante ressaltar a historiografia especializada produzida por Karoline Soria Ribeiro (2014), Marco Antonio Bettine de Almeida (2014), Hugo Leonardo Silva dos Santos (2015), Livia Gonçalves Magalhães (2010), além do livro organizado por Flávio de Campos e Daniela Alfonsi (2014), nas quais percebe-se como o regime militar utilizou o futebol como mecanismo de propaganda, a fim de controlar a paixão dos brasileiros pelo esporte, mostrando também, em contrapartida, o uso do esporte como mecanismo de resistência dentro e fora dos campos.

O auge das relações entre futebol e ditadura, como mostra o documentário e a historiografia especializada, aconteceu na Copa do Mundo de 1970 no México, onde era notório um ambiente de crise, tensão, manipulação e a presença do projeto da ditadura para transformar o Brasil em uma potência. O tricampeonato mundial de futebol conquistado pela seleção em 1970 impactou de tal maneira o imaginário brasileiro que, na memória social, auras mágicas e criativas dos atletas estiveram a serviço da nação, consolidando, então, o discurso do Brasil como “o país do futebol”. Nesse sentido, a apropriação do futebol ocorreu como um projeto específico do Estado para propagandear ideologicamente a favor do regime ditatorial, mas também apareceu nos momentos de manifestações populares contrárias ao regime, servindo para demonstrar sentimentos impedidos pelo sistema repressivo instalado no país. Para tanto, o audiovisual estudado evidencia que o desenvolvimento do futebol no Brasil, durante o período militar, aconteceu para ocupar o tempo livre dos indivíduos e transmitir uma pseudoneutralidade para a sociedade, além de trazer o futebol como um dos instrumentos de legitimação da ditadura, por meio da associação da imagem do líder às vitórias no campo esportivo, que aconteceu principalmente com a Copa do Mundo de 1970, na qual o Governo Médici (1969-1974) capitalizou politicamente a vitória da seleção no campeonato mundial deste ano.

A fim de entender melhor o contexto da Copa do Mundo de 1970 - período mais frisado durante a análise -, deve-se levar em consideração as políticas implementadas por Emílio Garrastazu Médici e

o Milagre Econômico. Essa foi uma fase de efêmero e eufórico crescimento econômico experimentado pelo país, já que nos anos seguintes houve um aumento substancial da dívida externa, que se tornou um problema, além do crescimento da concentração de renda e desigualdade social. Durante o Milagre Econômico, Médici fez grandes investimentos em áreas como a indústria, a agricultura e a infraestrutura: concedeu incentivos fiscais e subsídios para estimular o investimento privado e o crescimento das empresas; incentivou a produção interna e reduziu a dependência de bens estrangeiros; além do mais, construiu estradas, represas e usinas hidrelétricas, visando melhorar a conectividade e impulsionar o desenvolvimento. É importante observar que apesar dessas mudanças econômicas, o país também enfrentou o recrudescimento da repressão política, com violações dos direitos humanos, censura à imprensa e perseguição a opositores políticos, no que ficou conhecido como “Anos de Chumbo” - expressão refletida no próprio nome do documentário.

Por fim, o objetivo é ressaltar a importância historiográfica da utilização do cinema como produtor de uma memória histórica e como documento histórico, por meio de um levantamento e análise da historiografia sobre cinema, futebol e ditadura no Brasil. Assim, o uso de tal historiografia serve de contraste com o documentário, verificando suas raízes, objetivos e limitações na representação construída acerca da temática, já que algumas posições - que serão expostas - radicalizaram-se e alinharam esporte e ditadura, enquanto outras tiveram a capacidade de perceber as contradições em torno desse processo.

Algumas considerações teórico-metodológicas

O objeto de análise trata-se do documentário *Memórias do Chumbo: o futebol nos tempos do Condor*, episódio 4 (Brasil), que se utiliza de entrevistas com historiadores, militares e ex-jogadores, além da pesquisa em documentos dos grandes arquivos nacionais e estaduais para compreender como ocorreu a utilização do futebol enquanto propaganda estatal no período. Para isso, é preciso utilizar-se de apontamentos metodológicos trazidos por autores que trabalham no campo de cinema, cultura e história, como é o caso de Marc Ferro (1992), Roger Chartier (1991), Raymond Williams (2011) e José D’Assunção Barros (2011).

Ao se tratar dos escritos e estudos de Marc Ferro (1992), é válido relembrar seus questionamentos sobre o que há de cinematográfico nas narrativas históricas, ou, o que há de

histórico nas narrativas cinematográficas, além de pontuar o cinema como contra-análise da sociedade, sendo preciso também analisar aquilo que o filme deixa de dizer e não é reproduzido por ele. Segundo o autor:

A leitura cinematográfica da história coloca para o historiador o problema de sua própria leitura do passado. [...] A leitura histórica e social do filme empreendida em 1967 permitiu-nos atingir zonas não visíveis do passado das sociedades, revelando, por exemplo, as autocensuras e os lapsos das sociedades (FERRO, 1992, p. 19)

Assim, o autor sinaliza também que essas percepções do não-dito só são possíveis de se observar por meio das mudanças de paradigmas sociais e históricos que ocorrem com o decorrer do tempo. De acordo com Ferro:

Essa intervenção do cinema se exerce por meio de um certo número de modos de ação que tornam o filme eficaz, operatório. Sem dúvida essa capacidade está ligada, como se verá depois, à sociedade que produz o filme e àquela que o recebe, que o recepciona (...) Um procedimento aparentemente utilizado para exprimir duração, ou ainda uma outra figura (de estilo) transcrevendo um deslocamento no espaço, etc., pode, sem intenção do cineasta, revelar zonas ideológicas e sociais das quais ele não tinha necessariamente consciência, ou que ele acreditava ter rejeitado. (FERRO, 1992, p. 15-16)

Roger Chartier (1991) frisa seus apontamentos acerca do conceito de representação. Para o autor, toda escrita da história é a materialização de uma representação, relacionada com o lugar social, capaz de definir a maneira de enxergar a realidade. Assim, cada historiador elabora a história a partir da sua representação, sempre referenciado em metodologias científicas. Portanto, a representação, apontada por Chartier, se torna um campo de disputa de narrativas:

A relação de representação — entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga - traça toda a teoria do signo do pensamento clássico (...) Por um lado, são essas modalidades variáveis que permitem discriminar diferentes categorias de signos (certos ou prováveis, naturais ou instituídos, aderentes a ou separados daquilo que é representado, etc.) e caracterizar o símbolo por sua diferença com outros signos. Por outro lado, ao identificar as duas condições necessárias para que uma tal relação seja inteligível (ou seja, o conhecimento do signo como signo, no seu desvio em relação à coisa significada, e a existência de convenções regulando a relação do signo com a coisa), a Lógica de Port-Royal propõe os termos de uma questão fundamental: a das possíveis incompreensões da representação, seja por falta de "preparação" do leitor (o que remete às formas e aos modos de inculcação das convenções), seja pelo fato da "extravagância" de uma relação arbitrária entre o signo e o significado (o que levanta a questão das próprias condições de produção das equivalências admitidas e partilhada (CHARTIER, 1981, p. 184-185)

Por sua vez, seguindo o debate com Raymond Williams (2011), o autor propõe o materialismo cultural e a releitura do marxismo vulgar, onde a base e a superestrutura não são elementos fixos e predeterminados, mas sim voláteis que se influenciam mutuamente, quebrando com a ideia da superestrutura que apenas reflete a base, sendo esta última também mais dinâmica

e formada por contradições e variações. Logo, o autor oferece uma alternativa à metáfora base/superestrutura, pensando a cultura como produto e produção de um modo de vida determinado, segundo ainda:

Temos de reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar “a base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2011, p. 47)

Por fim, é importante utilizar as concepções de José D’Assunção Barros (2011) a respeito do uso do Cinema como fonte de pesquisa histórica, em que deve-se levar em consideração a análise do próprio audiovisual de seu roteiro, da sinopse, ou, da documentação do filme. Além disso, mostra-se que esses tipos de fonte possuem singularidades e são produzidas em determinado contexto histórico, por isso estão sujeitas às dimensões sociais e culturais do período, explica o autor:

Trata-se, então, de direcionar atenção e método para aspectos casuais, detalhes, indícios, dimensões da realidade fílmica da qual frequentemente não se apercebem mesmo os profissionais envolvidos com sua produção. Cinema e história estão destinados a uma parceria que envolve intermináveis possibilidades a serem exploradas pelos historiadores. O cinema como ‘forma de expressão’ será sempre uma riquíssima fonte para compreender a realidade que o produz e, neste sentido, um campo promissor para a história, aqui considerada área de conhecimento. Como ‘meio de representação’, abre para esta mesma história possibilidades de apresentar de novas maneiras o discurso e o trabalho dos historiadores, para muito além da tradicional modalidade da literatura que se apresenta sob a forma de livro (BARROS, 2011, p. 197-198)

Portanto, pode-se notar que a intrínseca relação entre cinema, cultura e história é percebida por uma ótica multifatorial, sendo possível de ser trabalhada de variadas formas. Além disso, o cinema pode desempenhar um papel crucial na maneira em que se (re)constrói ou se destrói a própria história e cultura, dependendo da representação que se quer retratar, a qual está intrinsicamente ligada ao lugar social, ao contexto histórico e as intenções do autor. Assim sendo, o cinema desafia as percepções históricas, trazendo luz aos aspectos menos conhecidos sobre o passado ou reinterpretando eventos históricos sob uma nova perspectiva.

Memórias do Chumbo: uma análise do documentário

Seguindo a linha metodológica, no primeiro momento, é necessário discutir os aspectos abordados no documentário acerca da temática envolta na relação do governo militar para com o futebol brasileiro, em especial a Copa do Mundo de 1970, suas influências, as propagandas e o futebol como instrumento intencional de um possível controle social, dando ênfase, como mostra o audiovisual, na seleção militarizada, com membros de comissões técnicas ligados ao governo e o atleta ousado dando lugar ao atleta “soldado”. Além disso, é importante ressaltar que a maneira que se dá a construção e a seleção de fatos do documentário é baseada em depoimentos e falas de autoridades e especialistas no tema, mostrando também documentos oficiais que comprovem o que vem sendo dito. Ainda nessa construção da narrativa, o episódio em específico utiliza testemunhos e realiza entrevistas com historiadores, jornalistas, escritores, ex-militares, vítimas e participantes do período em questão, como Carlos Fico (historiador), Carlos Eduardo Sarmiento (historiador), João Viotti Saldanha (filho de João Saldanha), José Bonetti (militar), Eduardo Guaranys (sobrinho do Major Guaranys), José Trajano (jornalista), Octávio Costa (ex-militar), Cid Benjamin (jornalista), Afonsinho (ex-jogador), José Cláudio Cunha (jornalista), Lilian Celiberti (vítima da operação Condor) e Eduardo Galeano (escritor).

73

Nesse sentido, trazendo apontamentos sobre elementos que circundam a produção do filme - como é recomendado José D’Assunção Barros (2011) -, o cenário do episódio é majoritariamente composto por fotos, imagens, vídeos e músicas do período ditatorial enquanto as personagens, já descritas, narram os fatos; a trilha sonora é composta por músicas como: ‘Pra Frente Brasil’ de Miguel Gustavo, ‘Sou Tricampeão’ da banda Golden Boys e ‘Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores’ de Geraldo Vandré. Portanto, o documentário tem como objetivo, na construção da sua narrativa, a tentativa de resgatar uma memória histórica mostrando como o futebol foi cooptado pela ditadura, transmitindo um sentimento de repulsa contra tudo que ocorreu naquela época e em como a ditadura conseguiu se infiltrar em todos os âmbitos sociais, o que fica claro com a frase de encerramento do episódio:

Os arquivos estão sendo abertos, a memória recuperada, a verdade sendo construída para que nunca mais donos do poder digam que nada tinham a ver com o genocídio de tanta gente. Para que, enfim, seja possível pavimentar a estrada que leva ao nunca. ‘Nunca mais’ (BRASIL, 2012, ep. 4)

Sendo assim, o audiovisual mostra como o cinema pode ser produtor de um discurso histórico e intérprete do passado. Além de que, o documentário se torna uma ferramenta valiosa

para reconstruir a história, não só aquela que ele retrata, mas também a que está implícita pelo seu contexto histórico de produção, contribuindo, pois, para a narrativa histórica, por meio de suas interpretações particulares sobre o passado em questão.

Ao pensar sobre as questões e a forma com que o audiovisual as traz à tona, pode-se perceber que há limitações dentro de seus objetivos, já que o mesmo retrata o futebol apenas como um instrumento alienante. Logo, o documentário deixa de abordar suas formas de resistência, como aparece em outras fontes historiográficas, que apontam os meios e os agentes

de resistência do futebol durante a ditadura, a exemplo da Democracia Corinthiana³⁰, e as contribuições dos jogadores Tostão, Afonsinho e Reinaldo.

Para compreender o motivo dessas limitações - como já foi apontado por Roger Chartier (1981) -, é necessário abordar o contexto histórico da produção do documentário em 2012. Esse período foi marcado pela criação da Lei de Acesso à Informações Públicas, que garante ao cidadão o acesso às informações produzidas ou custodiadas pelo Estado, e, sobretudo, da Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade, destinada a investigar as graves violações dos direitos humanos ocorridas entre os anos de 1940 a 1980. Nessa toada, o contexto exigia maior atenção aos novos documentos estatais que estavam sendo abertos e divulgados, os quais reforçam a lógica de que houve uma intervenção autoritária e repressora estatal sobre o futebol. Todavia, ao vencer com *Memórias do Chumbo* o prêmio de melhor Documentário Longa-Metragem no IV CINEFoot em 2013 que aconteceu no Rio de Janeiro - Brasil, o próprio Lúcio de Castro, produtor da minissérie, enquadrou sua obra nesse contexto histórico, considerando como, “[...] grande mérito [...] contar essa história, registrar essa memória, sobretudo em um momento de Comissão da Verdade. É

³⁰ A Democracia Corinthiana foi um movimento no futebol brasileiro que ocorreu no Sport Club Corinthians Paulista durante a década de 1980. Foi uma experiência de autogestão e participação dos jogadores nas decisões do clube, que transcendia o ambiente esportivo e refletia o contexto político-social da época no Brasil, a ditadura militar. O movimento foi liderado por jogadores como Sócrates, Wladimir, Casagrande e Zenon, e promoveu uma série de mudanças estruturais dentro do clube. Em seu caráter político, os jogadores da Democracia se posicionavam publicamente em questões sociais e políticas, como o movimento pelas eleições diretas para presidente (Diretas Já) e a luta pela redemocratização do país. Veja-se a respeito: PORTAL MUSEU DO FUTEBOL. A Democracia Corinthiana. [s.d]. Disponível em:< <https://app.museudofutebol.org.br/corinthians/c/0/i/16832154/democracia-corinthiana>>. Acesso em: 16 maio 2024.

importante contarmos isso para que ela não se repita adiante” (ASSESSORIA DE IMPRENSA CINEFOOT, 2013).

Em vista disso, é possível dizer que a ênfase do documentário na intervenção autoritária e repressora estatal sobre o futebol teria a intenção de corroborar com as iniciativas governamentais, sobretudo aquelas relacionadas à abertura de arquivos estatais sigilosos, buscando problematizar a “história oficial” a partir das vozes silenciadas ou dos esquecimentos e manipulações criados e incentivados pelo Estado ditatorial dos anos 1960 a 1980. Além disso, não se pode desconsiderar que *Memórias do Chumbo* faz parte de uma trajetória já consagrada de Lúcio de Castro, jornalista investigativo preocupado com temas relacionados à justiça social que, em 2003, participou da reportagem da série *Nos porões do futebol*, a qual retrata os problemas de gestão do futebol brasileiro, e em 2006, ajudou a construir a reportagem da série *Escravos do século XXI*, que conta a história de imigrantes bolivianos no Brasil em sistema análogo ao da escravidão.

Ademais, as limitações apontadas são perceptíveis para o contexto atual (2023), no qual sente-se a necessidade de ressaltar os espaços de resistências, pois pautas sociais e políticas se tornam cada vez mais presentes dentro do futebol como a luta contra racismo, machismo, LGBTfobia e com as torcidas organizadas mais politizadas, se posicionando frente às questões políticas e de cunho sociais. Portanto, compreendendo esse fenômeno, ganha luz as considerações feitas por Marc Ferro (1992): quando há mudança de paradigmas, mudam-se também as percepções e abordagens dos fatos; e como também aponta Roger Chartier (1981): é o presente quem norteia e indaga o passado, criando, então, uma representação sobre esse tempo histórico transcorrido. Dessa forma, movimentos de resistência contra o racismo dentro do futebol, como no caso recente do jogador Vinicius Jr.³¹ (atleta brasileiro que defende a seleção do país, e o clube Real Madrid-ESP), ou então pautas contra o machismo, como o caso da jogadora Jenni Hermoso³² (atleta espanhola que defende a seleção do país, e o clube Tigres-MEX), se tornam grandes norteadores para novas formas de se olhar e indagar o passado: a necessidade de se trazer à tona também as lutas de resistência contra o regime ditatorial de 1964 dentro das quatro linhas.

³¹ Ver reportagem disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2023/05/24/racismo-contraviniicius-junior-veja-tudo-sobre-o-caso.gh.html>. Acesso em: 25 out 2023.

³² Ver reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/25/jogadora-de-futebol-da-espanha-diz-que-presidente-da-federacao-a-beijo-sem-consentimento.gh.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

Revisão da literatura especializada

Tratando-se da historiografia especializada concernente a temática, o livro nomeado *Futebol objeto das ciências humanas* e organizado por Flavio de Campos e Daniela Alfonsi (2014), versa sobre a produção historiográfica no Brasil sobre o futebol, trazendo seus primeiros estudos no campo como o livro de Mário Filho (1947), intitulado *O negro no futebol brasileiro*, passando pelos altos e baixos desse tipo de produção, a qual decaiu significativamente durante o período da ditadura militar devido ao desprezo acadêmico com o uso do futebol pelo regime, gerando alienação e ufanismo. Nesse sentido, as produções acadêmicas sobre o futebol e as ciências humanas só puderam ganhar espaço nas décadas de 1980 e 1990 com a redemocratização³³. Por isso, o livro destacado, se tornou uma expressão do desenvolvimento da pesquisa no campo, abordando diferentes temáticas, como: Identidades e alteridades; Negritude e cultura afro-brasileira; Crônicas e literatura; Futebol, cinema e música; Torcedores e torcidas.

76

Para o debate ser travado de acordo com a temática proposta, se torna valoroso uma análise profunda do Capítulo I: “O Espetáculo das Identidades e Alteridades: as lutas pelo reconhecimento no espectro do clubismo brasileiro” desenvolvido por Arlei Sander Damo (2014), no qual o autor se propõe a desenvolver uma análise para a compreensão da dinâmica cultural, buscando o entendimento das motivações dos torcedores e da sedução provocada pelo futebol, fato esse que, em relação a temática discutida, auxiliou a tomada desse elemento nacional pelos governos militares como forma de propaganda e aproximação com as massas. Nesse sentido, por meio de seu estudo, Damo percebeu que as questões de luta em torno da afirmação e reivindicação de identidade por meio dos torcedores não estão ligadas somente a um caráter estético, mas também envolvem o caráter político, fazendo-se observar o jogo de identidades travado muito além do campo. As questões de identificação e representação que permeiam os componentes políticos no futebol, extrapolando a questão dos resultados das partidas em campo, tornam-se evidentes, quando, por exemplo, as várias seleções de nacionalidades diferentes, que emanam sentimentos de “patriotismo” ou “nacionalismo” - termos

³³ A redemocratização refere-se ao processo histórico pelo qual o Brasil retornou à democracia após o período da ditadura militar que durou de 1964 a 1985. Esse período de transição foi complexo e desafiador, mas também foi um momento de esperança e renovação, que trouxe consigo a restauração das liberdades democráticas. Veja-se a respeito: SILVA (2003).

considerados pelo autor -, passam a reproduzir as aspirações de suas respectivas comunidades de sentimento, como a nação/pátria, tomadas por um contexto político. Essa assertiva deixa claro como isso aconteceu durante os períodos de maior arrochamento do controle militar da nação, refletindo também em uma seleção nacional mais militarizada, ou quando, o período de redemocratização se aproximava e os protestos em campo contra o regime ditatorial eram evidentes pelos torcedores e jogadores - informações que serão retratadas com maior detalhamento nas próximas historiografias a serem analisadas. Portanto, é nítida a relação entre o contexto político, o sistema de identificação e representação, e a expressão da cultura como o futebol, fazendo com que essa ligação seja considerada para o debate.

Por sua vez, trazendo maior contraste com o documentário, a tese de Hugo Leonardo Silva dos Santos (2015), *Ditadura militar e futebol: A origem do esporte e sua utilização como ferramenta para legitimar os governos autoritários no Brasil*, mostra a percepção que os governos militares tiveram sobre como as manifestações de lazer, exemplo o futebol, poderiam servir de propaganda política e ideológica, além de trazer as contestações ao regime dentro de campo. Nessa linha, as exposições da seleção para a Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, foram intensas, fazendo com que a seleção passasse por regiões onde até mesmo não possuíam uma cultura forte em relação ao futebol, para que, assim, o governo também conseguisse apoio político nesses locais mais isolados. Mas, após a eliminação nessa mesma Copa do Mundo, as únicas manifestações presentes no país eram as de contestação ao regime. Por isso, numa tentativa de evitar um novo vexame nas próximas competições, a entidade que gerenciava o futebol brasileiro passou a receber militares para os seus cargos, a fim de disciplinar os jogadores, e a mudança interna se tornara visível nos cortes de cabelo: cabelos bem aparados e barbas feitas, em claro estilo militar.

Esse controle dos militares na seleção ficou evidente nas preparações para a Copa do Mundo de 1970, quando, faltando três meses para o início da competição, o técnico que havia sido escolhido para comandar a seleção, João Saldanha - o qual tinha montado um excelente time nas eliminatórias, conquistando grandes resultados - foi exonerado. O líder Saldanha era conhecidamente militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que provocava desconforto nos setores militares que não queriam que um comunista assumisse a seleção brasileira, a qual representava os interesses militares. Em seu lugar, o regime nomeou a entrada de Mário Jorge Lobo Zagallo como técnico. Ao governo era fundamental que a seleção conquistasse o título, pois a ditadura tinha a certeza de que a Copa do

Mundo no México traria legitimidade ao seu poder diante da sociedade brasileira. E assim a seleção foi tri-campeã em 1970, o que ajudou a aumentar a popularidade de Médici e proclamar o Milagre Econômico.

Nesse sentido, a criação de um campeonato nacional de futebol em 1971, que foi financiado pelo Ministério da Cultura - que arcava com os custos das viagens e estadias como forma de viabilizar a competição - também teve sua importância para o governo. O regime convidava até mesmo clubes sem tradição para participarem do Campeonato Brasileiro - originalmente denominado [Campeonato Nacional de Clubes](#) -, pois onde o partido ligado ao regime, o ARENA, contava com péssimos resultados das eleições, os militares convidavam um time dessas regiões a ingressarem no campeonato, o que causou o inchaço da competição a partir de 1974. “[...] “Onde a Arena vai mal, um time no nacional”, o lema tomou conta do Campeonato Brasileiro a partir de 1974, quando a derrota da Arena nas eleições fez com que o governo Geisel iniciasse uma prática clientelista através do futebol” (SANTOS, 2015, p. 61).

A seleção na Copa do Mundo de 1974, realizada na Alemanha Ocidental, se tornou um reflexo do próprio país problemático: não mostrava o mesmo futebol de 70, e continuava militarizada, sendo pouco organizada e entrosada, terminando a competição em 4º lugar e com apenas 6 gols marcados. Dessa forma, as contestações - ponto chave da tese que se contrapõe à minissérie - apareciam dentro e fora de campo. Uma das primeiras mostras de críticas ao regime foi do jogador Afonsinho, do Botafogo, o qual lutava pelos direitos dos jogadores e condenava a estrutura militarizada e hierarquizada dos clubes. Além disso, o mesmo recebia apontamentos negativos devido a barba e cabelos compridos, portanto, por opção de questionar as diretrizes do seu clube, fez com que a ditadura passasse a persegui-lo, sendo fichado no Serviço Nacional de Informações (SNI), como subversivo e comunista, ou seja, questionar o sistema futebolístico de época era bater de frente com os militares. Na mesma linha de militância política aparece o jogador Reinaldo, do Clube Atlético Mineiro, o qual tinha o costume de erguer o punho direito, fazendo alusão ao movimento dos Panteras Negras americanos, que lutavam por democracia e contra o regime segregacionista nos Estados Unidos. Por esses motivos, já posteriormente, os militares se tornaram contra a sua participação na Copa do Mundo de 1978 na Argentina, mas o apelo nacional foi mais forte e Reinaldo foi convocado. O jogador sempre procurava exteriorizar suas posições políticas: defendia a anistia aos exilados políticos, o voto direto e o fim da ditadura no país. Segundo o autor:

[...] uma de suas entrevistas concedidas ao semanário alternativo Movimento, veículo ligado a grupos de esquerda do país, causou um grande mal estar nos bastidores da seleção. A matéria buscava diferenciar o centroavante atleticano do maior ídolo do futebol brasileiro, Pelé, considerado pela imprensa alternativa como um ‘fantoche dos militares’ (COUTO, 2010, p. 14, apud SANTOS, 2015).

Por isso, a situação chegava ao limite, e o futebol não conseguia mais servir de reforço ao poder militar. Ao contrário, ele estava antecipando as fragilidades da ditadura, ou seja, era o reflexo da crise política que se manifestara nos estádios, através das torcidas dos clubes e dos jogadores conscientes politicamente. No Corinthians, um movimento liderado por Casagrande, Wladimir e Sócrates³⁴, se tornava expressivo: a Democracia Corinthiana, onde os jogadores eram convidados a participar de decisões do clube alvinegro que até então eram monopolizadas. Assim, o time do Corinthians entrava em campo com camisas incentivando o voto nas eleições legislativas. “Este contexto organizado no início da década de 1980 dentro de um clube popular foi, em momento crucial na história do país, um fato marcante, uma vez que os jogadores entravam em campo com faixas, cartazes e dizeres na camisa do time como: “diretas já”, “eu quero votar para presidente” [...]” (SILVA, 2011, p. 45, apud SANTOS, 2015). Já se tratando das manifestações nas arquibancadas, episódios pedindo a volta da democracia eram comuns. Em 1979, a partida entre Santos e Corinthians pela sétima rodada do Paulistão daquele ano ficou marcada por ter presente uma faixa pedindo “anistia ampla, geral e irrestrita”, e, em 1984, na final do Campeonato Brasileiro entre Fluminense e Vasco, o hino nacional não pôde ser ouvido devido ao coro feito pelas duas torcidas pedindo as eleições diretas. 79

O clima da democracia ficou explícito e se refletia na seleção brasileira quando, na Copa do Mundo de 1982, realizada na Espanha, o comando técnico voltava a ser de um civil, Telê Santana. Dentro da respectiva seleção, o líder da democracia corintiana, Sócrates, também ostentava a faixa de capitão da equipe brasileira. Portanto, nesse contexto, o futebol abria os caminhos da transição política para a democracia e incentivava o povo a ir às ruas protestar, tendo como inspiração a possibilidade concreta de mudanças para a população, o que não tardou para que as vontades populares se tornassem realidade: a redemocratização estava próxima.

³⁴ Nesse período, Sócrates, que lutava pela Democracia Corinthiana e pelas “Diretas Já!”, formalizou que ficaria no futebol brasileiro, recusando assim a proposta do futebol italiano, caso houvesse grande manifestação do povo e a aprovação do projeto de lei que permitisse o voto direto para presidente do Brasil. No entanto, a emenda não foi aprovada pelo Congresso Nacional e Sócrates partiu para a Itália para jogar pela Fiorentina em 1984. Veja-se a respeito: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/socrates-biografia-exalta-atuacao-politica-do-idolo-da-democracia-corintiana-morto-ha-10-anos.html> Acesso em: 16 maio 2024.

Ainda no campo historiográfico, para gerar discussões com o documentário e trazer também apontamentos sobre novas consequências para a estrutura do futebol brasileiro, o artigo *A Interferência dos Governos Militares (1964-1985) no Futebol Brasileiro*, produzido por Karoline Soria Ribeiro e Marco Antonio Bettine de Almeida (2014), exhibe os novos acontecimentos no final da década de 70, que não são abordados no audiovisual: os crescentes descontentamentos com o governo e as exigências para maior autonomia dos atletas e das entidades esportivas frente a submissão ao Estado. Sendo assim, a insatisfação quanto ao regime e as reivindicações pela volta da democracia eram tão expressivos, que manifestações públicas de jogadores também começaram a ser comuns “[...] o mundo do futebol também entrou no clima de contestação: o jogador Tostão deu entrevistas defendendo a Reforma Agrária e confessando ter sido eleitor do então exilado Leonel Brizola” (RIBEIRO; ALMEIDA, 2014, p.10). Nesse contexto, os autores consideram que essas novas reivindicações marcavam o fim da ditadura e um novo modelo de futebol a ser estruturado: a desmoralização dos militares em termos econômicos por terem conduzido o Brasil para a entrada em uma das mais fortes recessões, influenciaram fortemente nas mudanças da estrutura do futebol, com o início das publicidades em campo em 1977 e nos uniforme dos times em 1983, sendo uma alternativa de solucionar a crise financeira dos clubes, portanto, reflexo do cenário brasileiro desastroso.

80

Considerações finais

Em conclusão, percebe-se que o *Memórias do Chumbo* utilizou, essencialmente, do futebol como uma aquisição que deu lugar a um plano específico do Estado para difundir ideologicamente em apoio ao governo autoritário. Para isso, o material audiovisual examinado demonstra, em suas cenas, que o avanço do futebol no Brasil, durante o período de governo militar, teve como intuito preencher o tempo livre dos cidadãos e comunicar uma falsa imparcialidade à sociedade, além de apresentar o futebol como um dos meios de validação do regime, por meio da ligação da imagem do líder aos triunfos no cenário esportivo. Esse fato ocorreu, sobretudo, na Copa do Mundo de 1970 (México), na qual o Governo Médici aproveitou politicamente o sucesso da equipe nacional no torneio deste ano. Assim, o discurso nacionalista do governo, alinhado a Operação Condor, aproveitou para propagandear a narrativa de que o Brasil estava na era das conquistas: uma verdadeira falácia, afinal o país estava desolado e sofrendo as repressões impostas pelo regime ditatorial.

Já a historiografia especializada, por meio de análises e apontamentos já postos por Raymond Williams (2011) - onde elementos da superestrutura, como a cultura e o futebol, também podem influenciar e transformar as realidades materiais -, os autores dissertam, então, sobre o outro caráter do futebol: os mecanismos de resistências contra o regime. Assim, o esporte acabava por ter uma característica contraditória, já que foi utilizado como ferramenta das classes dominantes, mas também como espaço para criar uma consciência de classe popular, por meio de lutas e manifestações por parte de jogadores e pelas torcidas. Portanto, o esporte foi empregado no sentido da reprodução e no de superação das relações ditatoriais, tendo sido também permeado pela contradição entre “capital x trabalho”, a qual reverbera sobre todas as dimensões da vida, inclusive culturalmente. É dessa maneira que futebol, cinema e ditadura estiveram ligados durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985), tanto como propaganda política quanto como uma crítica ao regime, se tornando fenômenos culturais que se encontram na paixão e no imaginário do povo brasileiro.

Referências

81

ALMEIDA, M. A. B.; RIBEIRO, K. S. **A interferência dos governos militares (1964- 1985) no futebol brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Licere, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar/2014.

ASSESSORIA DE IMPRENSA CINEFOOT 2013. **Memórias de Chumbo e Três no Tri são os vencedores do CINEfoot 2013**. Papo de Cinema. 2013. Disponível em <<http://www.papodecinema.com.br/noticias/memorias-dechumbo-e-tres-no-tri-sao-os-vencedores-do-cinefoot-2013>>. Acesso em 28 mai. 2023.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. **Comunicação & Sociedade**. Ano 32, n. 55, p. 175- 202, jan./jun. 2011.

BRASIL (ep. 4). **Memórias do Chumbo: o futebol nos tempos do Condor** [Série Documentário]. Direção: Lúcio de Castro. Produção: Lúcio de Castro. ESPN Brasil, 2012 (52 min.), son., color.

CAMPOS, F.; ALFONSI, D. **Futebol objeto das Ciências Humanas**. 1ª ed. São Paulo: Leya, 2014.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, abr. 1991, p. 173-191.

COUTO, Euclides. **Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: FERRO, Marc. **História e Cinema**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 79-116

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao som e à sombra**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2004.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo, Contexto, 2009.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico**. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005.

LAGE, Marcus Vinícius Costa. Memórias do chumbo: o futebol nos tempos do Condor (2012) – documento histórico ou panfleto político?. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natalia(orgs.). **A ditadura na tela: o cinema documentário e as memórias do regime militar brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018, p. 159-180.

LIRA NETO, J. F. O Conceito Marxiano de "ópio do povo" e a perspectiva brasileira de futebol. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** - v. 11, n. 2, 2012 p. 26 - 37.

82

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Futebol e poder no Brasil: futebol em tempos de ditadura civil-militar. In: MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Histórias do futebol**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. Cap. 3. p. 65-72.

SANTOS. H. L. S. **Ditadura militar e futebol: A origem do esporte e sua utilização como ferramenta para legitimar os governos autoritários no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 43-68.

Primeiros Passos

Recebido em: 29 out. 2023.

Aprovado em: 21 dez. 2023